

Estudo Transversal **03**

# Estrutura do Emprego e da Renda

Paulo Eduardo de Andrade Baltar (Coord.)

Anselmo Luis dos Santos

Fabiano Lago Garrido

Marcelo Weishaupt Proni

Instituto de Economia da UFRJ  
Instituto de Economia da UNICAMP



## PROJETO PIB: Estrutura do Emprego e da Renda

Paulo Eduardo de Andrade Baltar (Coord.)

Anselmo Luis dos Santos

Fabiano Lago Garrido

Marcelo Weishaupt Proni

Agosto de 2009

---

E79 Estrutura do Emprego e Renda / coordenador Paulo Baltar; equipe Anselmo Luis dos Santos... [et al.]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008/2009.  
84 p.; 30 cm.

Bibliografia: p. 84.

Relatório final do estudo transversal "Estrutura do Emprego e da Renda", integrante da pesquisa "Perspectivas do Investimento no Brasil", realizada por Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, em 2008/2009.

1. Emprego. 2. Renda. 2. Consumo. 3. Investimentos – Brasil. 4. Relatório de pesquisa (UFRJ/UNICAMP). I. Baltar, Paulo. II. Kupfer, David. III. Laplane, Mariano. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. V. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. VI. Perspectivas do Investimento no Brasil.

CDD 331.11

# PROJETO PIB - P I B

## EQUIPES:

### COORDENAÇÃO GERAL

- Coordenação Geral** - David Kupfer (IE-UFRJ)
- Coordenação Geral Adjunta** - Mariano Laplane (IE-UNICAMP)
- Coordenação Executiva** - Edmar de Almeida (IE-UFRJ)
- Coordenação Executiva Adjunta** - Célio Hiratuka (IE-UNICAMP)
- Gerência Administrativa** - Carolina Dias (PUC-Rio)

### Coordenação de Bloco

- Infra-Estrutura** - Helder Queiroz (IE-UFRJ)
- Produção** - Fernando Sarti (IE-UNICAMP)
- Economia do Conhecimento** - José Eduardo Cassiolato (IE-UFRJ)

### Coordenação dos Estudos de Sistemas Produtivos

- Energia** – Ronaldo Bicalho (IE-UFRJ)
- Transporte** – Saul Quadros (CENTRAN)
- Complexo Urbano** – Cláudio Schüller Maciel (IE-UNICAMP)
- Agronegócio** - John Wilkinson (CPDA-UFRJ)
- Insumos Básicos** - Frederico Rocha (IE-UFRJ)
- Bens Salário** - Renato Garcia (POLI-USP)
- Mecânica** - Rodrigo Sabbatini (IE-UNICAMP)
- Eletrônica** – Sérgio Bampi (INF-UFRGS)
- TICs**- Paulo Tigre (IE-UFRJ)
- Cultura** - Paulo F. Cavalcanti (UFPB)
- Saúde** - Carlos Gadelha (ENSP-FIOCRUZ)
- Ciência** - Eduardo Motta Albuquerque (CEDEPLAR-UFGM)

### Coordenação dos Estudos Transversais

- Estrutura de Proteção** – Marta Castilho (PPGE-UFF)
- Matriz de Capital** – Fabio Freitas (IE-UFRJ)
- Estrutura do Emprego e Renda** – Paulo Baltar (IE-UNICAMP)
- Qualificação do Trabalho** – João Sabóia (IE-UFRJ)
- Produtividade e Inovação** – Jorge Britto (PPGE-UFF)
- Dimensão Regional** – Mauro Borges (CEDEPLAR-UFGM)
- Política Industrial nos BRICs** – Gustavo Brito (CEDEPLAR-UFGM)
- Mercosul e América Latina** – Simone de Deos (IE-UNICAMP)

### Coordenação Técnica

- Instituto de Economia da UFRJ
- Instituto de Economia da UNICAMP

## REALIZAÇÃO



Fundação Universitária  
José Bonifácio

## APOIO FINANCEIRO



Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior



Após longo período de imobilismo, a economia brasileira vinha apresentando firmes sinais de que o mais intenso ciclo de investimentos desde a década de 1970 estava em curso. Caso esse ciclo se confirmasse, o país estaria diante de um quadro efetivamente novo, no qual finalmente poderiam ter lugar as transformações estruturais requeridas para viabilizar um processo sustentado de desenvolvimento econômico. Com a eclosão da crise financeira mundial em fins de 2008, esse quadro altamente favorável não se confirmou, e novas perspectivas para o investimento na economia nacional se desenharam no horizonte.

Coordenado pelos Institutos de Economia da UFRJ e da UNICAMP e realizado com o apoio financeiro do BNDES, o Projeto PIB - Perspectiva do Investimento no Brasil tem como objetivos:

- Analisar as perspectivas do investimento na economia brasileira em um horizonte de médio e longo prazo;
- Avaliar as oportunidades e ameaças à expansão das atividades produtivas no país; e
- Sugerir estratégias, diretrizes e instrumentos de política industrial que possam auxiliar na construção dos caminhos para o desenvolvimento produtivo nacional.



Em seu escopo, a pesquisa abrange três grandes blocos de investimento, desdobrados em 12 sistemas produtivos, e incorpora reflexões sobre oito temas transversais, conforme detalhado no quadro abaixo.

ECONOMIA BRASILEIRA	BLOCO	SISTEMAS PRODUTIVOS	ESTUDOS TRANSVERSAIS
	INFRAESTRUTURA	Energia Complexo Urbano Transporte	Estrutura de Proteção Efetiva
	PRODUÇÃO	Agronegócio Insumos Básicos Bens Salário Mecânica Eletrônica	Matriz de Capital Emprego e Renda Qualificação do Trabalho Produtividade, Competitividade e Inovação
	ECONOMIA DO CONHECIMENTO	TICs Cultura Saúde Ciência	Dimensão Regional Política Industrial nos BRICs Mercosul e América Latina



## PROJETO PIB: Estrutura do Emprego e da Renda

### Coordenador

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

### Equipe

Anselmo Luis dos Santos

Fabiano Lago Garrido

Marcelo Weishaupt Proni

Agosto de 2009

## Sumário

APRESENTAÇÃO	8
<b>1. EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO E DA RENDA DO TRABALHO</b>	<b>9</b>
1.1. Economia Brasileira e Mercado de Trabalho (2004–2007)	9
1.2. Análise Setorial do Emprego e dos Rendimentos	13
<b>2. PADRÃO DE CONSUMO E RENDA FAMILIAR NO BRASIL</b>	<b>21</b>
2.1. Composição da Renda e do Consumo das Famílias Brasileiras	21
2.2. Diferenciais de Nível e Composição do Consumo por Faixa de Renda das Famílias	23
2.2.1. Despesas em Habitação	27
2.2.2. Despesas em Alimentação	28
2.2.3. Despesas em Transporte	30
2.2.4. Despesas em Assistência à Saúde	31
2.2.5. Despesas em Vestuário	32
2.2.6. Despesas em Educação	32
2.2.7. Despesas em Recreação e Cultura	33
2.2.8. Despesas em Higiene e Cuidado Pessoal	34
2.2.9. Despesas em Serviços Pessoais	35
2.2.10. Despesas Diversas	35
<b>3. ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR E PERFIL OCUPACIONAL</b>	<b>37</b>
3.1. Distribuição das Famílias por Estrato de Renda (2004–2007)	37
3.2. Perfil Ocupacional por Estrato de Renda	41
<b>4. PROJEÇÕES PARA A ESTRUTURA DE EMPREGO E RENDA EM 2017</b>	<b>44</b>
4.1 Expansão da Estrutura Ocupacional e de Rendimentos	44
4.2. Comentários Sobre a Elevação dos Padrões de Consumo	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>59</b>

## APRESENTAÇÃO

O propósito deste Estudo Transversal é analisar o perfil e a evolução recente (2004–2007) do emprego e da renda do trabalho no Brasil, análise cujos resultados podem proporcionar elementos para subsidiar um estudo mais amplo das perspectivas de investimento no país. O pressuposto é que variações do emprego e da renda do trabalho afetam significativamente a capacidade de gasto das famílias e o consumo das pessoas, o que por sua vez pode induzir ou inibir novos investimentos a partir da ampliação ou retração da demanda por produtos e serviços. Supõe-se, ainda, que uma interação positiva entre investimento, renda e consumo seja fundamental para uma expansão sustentável da economia brasileira.

O presente estudo está estruturado em quatro seções. Na primeira, caracteriza-se, brevemente, o desempenho da economia brasileira no período mencionado e, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), analisa-se o perfil e a evolução do emprego e das remunerações do trabalho. Na segunda seção, a partir das informações da Pesquisa Nacional de Orçamento Familiar (POF-2002/2003, do IBGE), são investigadas as diferenças de padrão de consumo segundo o nível de renda das famílias. A análise permite identificar quatro faixas de renda familiar, a partir das diferenças de padrão de consumo. Na terceira, são analisadas as mudanças na distribuição das famílias e das pessoas por faixas de renda familiar (dados da PNAD), associando-as às modificações constatadas com a análise da evolução do emprego e da renda do trabalho, tratada no primeiro item. Na quarta seção, são feitas algumas projeções de expansão do emprego e das remunerações, considerando o padrão de evolução da estrutura ocupacional observado no período 2004–2007. Na conclusão do estudo, são discutidas as possíveis implicações das modificações constatadas na distribuição das famílias e das pessoas, por faixa de renda familiar, sobre a evolução do consumo no país.

## 1. EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO E DA RENDA DO TRABALHO

### 1.1. Economia Brasileira e Mercado de Trabalho (2004–2007)

A situação da economia mundial favoreceu o desempenho da economia brasileira, o que resultou em razoável crescimento do PIB, entre 2004 e 2007. A retomada do crescimento do PIB começou com as exportações e depois se consolidou com a ampliação do consumo e do investimento, num contexto em que ocorreu também um intenso aumento das importações (Tabela 1.1). Foi um momento de expansão do comércio internacional, destacando-se o crescimento da demanda e o aumento de preços relativos de produtos básicos e semi-elaborados, muitos deles com cotações em Bolsas de Mercadorias e Futuros. A economia brasileira foi beneficiada pela conjuntura favorável do mercado internacional porque é uma importante exportadora de *commodities* e, também, porque exporta produtos manufaturados, principalmente para países em desenvolvimento exportadores de *commodities* (Hiratuka, Baltar e Almeida, 2007).

Tabela 1.1 – Indicadores de Atividade Econômica. — Brasil: 1999-2007.

Ano	PIB (var. anual)	Deflator Implícito	Exportação (var. anual)	Importação (var. anual)	Preço médio do Dólar (em R\$)	Consumo (var. anual)	Investimento (var. anual)
1999	0,3	8,5	-6,1	-14,7	1,81	0,6	-12,2
2000	4,3	6,2	14,7	13,4	1,83	3,0	10,3
2001	1,3	9,0	5,7	-0,4	2,35	1,1	-2,6
2002	2,7	10,6	3,7	-15,0	2,92	2,7	-11,1
2003	1,1	13,6	21,1	2,2	3,08	- 0,4	-1,6
2004	5,7	8,0	32,0	30,1	2,92	3,9	11,8
2005	3,2	7,2	22,6	17,1	2,43	3,9	-2,4
2006	4,0	6,2	16,2	24,2	2,18	4,5	10,4
2007	5,7	3,7	16,6	32,0	1,95	5,9	14,0

Fonte: IBGE, Contas Nacionais; Banco Central.

O desempenho da economia brasileira no período 2004–2007 pode ser caracterizado, brevemente, por meio de uma comparação com o período 1999–2004, em termos de evolução do PIB, da inflação, da taxa de câmbio, da exportação e importação, do consumo e investimento. O crescimento da exportação, desde 2003, provocou crescente superávit no comércio externo e também na conta corrente do balanço de pagamentos (Tabela 1.2). Num momento de grande liquidez no mercado financeiro internacional, as amplas liberdades para o capital entrar e sair do país e para o capital estrangeiro ser aplicado no mercado financeiro doméstico, junto com a continuação das políticas de restrição monetária e de altas taxas de juros, contribuíram para reforçar os efeitos provocados pelos superávits em conta corrente, no sentido de valorização da moeda nacional. Além disto, a entrada de capital no mercado financeiro doméstico e a captação de empréstimos externos por bancos e grandes empresas que operam no Brasil, nos bancos internacionais e no mercado financeiro internacional, favoreceram a articulação de empréstimos de longo prazo em moeda nacional. A inflação diminuiu, contando com os impactos positivos da valorização da moeda nacional sobre os preços praticados no mercado interno. O crescimento do PIB foi reforçado pelo consumo e investimento, favorecidos pelo crescimento do emprego e da renda e pela ampliação das possibilidades de compra a prazo. O crescimento do PIB, entretanto, foi acompanhado de forte aumento das importações, que reduziu o superávit do comércio externo (Tabela 1.2). Além disso, o baixo preço do dólar contribuiu para aumentar os déficits na conta de serviço e de renda financeira, reduzindo fortemente o superávit da conta corrente, que finalmente se tornou deficitária antes da queda das exportações, já na crise internacional que começou em 2008.

Tabela 1.2 – Balanço de Pagamentos (em US\$ bilhões). — Brasil: 1999-2007.

Ano	Saldo Comércio	Saldo Serviço	Saldo Renda	Saldo Conta Corrente	Investimento Direto	Aplicações em Carteira	Empréstimos e Financiamentos	Resultado do Balanço
1999	-1,199	-6,977	-18,848	-25,335	26,888	3,802	-13,620	-7,822
2000	-0,698	-7,162	-17,886	-24,225	30,498	6,955	-18,202	-2,262
2001	2,650	-7,759	-19,743	-23,215	24,715	0,077	2,767	3,307
2002	13,121	-4,957	-18,191	-7,637	14,108	-5,119	-1,062	0,302
2003	24,794	-4,931	-18,552	4,177	9,894	5,308	-10,438	8,496
2004	33,641	-4,678	-20,520	11,679	8,339	-4,750	-10,806	2,244
2005	44,703	-8,309	-25,967	13,985	12,550	4,885	-27,521	4,319
2006	46,457	-9,640	-27,480	13,643	-9,380	9,081	15,688	30,569
2007	40,027	-13,053	-29,291	1,712	27,518	48,390	12,970	87,484

Fonte: Banco Central.

O contraste de desempenho da economia brasileira entre 2004-2007 e 1999-2004 permite concluir que, desde 2004, o país voltou a percorrer uma trajetória de crescimento, cuja consistência manifestava-se na baixa inflação e na tendência ao equilíbrio das contas públicas e do balanço de pagamentos. Não obstante, a continuidade desta trajetória dependia fundamentalmente da continuação das condições favoráveis da evolução da economia mundial (Carneiro, 2006).

A taxa média geométrica do crescimento do PIB em 2004-2007 foi de apenas 4,3%, mas o crescimento acelerou de 3,2% para 5,7% (Tabela 1.3). O número de pessoas ocupadas com rendimento teve imediatamente um forte crescimento, que foi desacelerando à medida que se consolidava o crescimento do PIB, impulsionado pelas exportações e, posteriormente, pela ampliação do consumo e do investimento, sendo acompanhado de forte aumento das importações. A relação entre as taxas de crescimento do PIB e do número de pessoas ocupadas foi pouco a pouco revelando o patamar da elasticidade renda da geração de oportunidades ocupacionais, associado àquela trajetória de crescimento da economia, com o PIB crescendo a pouco mais de 5% ao ano e as ocupações cerca de 2% ao ano. Nota-se que esta elasticidade renda do emprego não é muito mais baixa do que a verificada na década de 1970 (antes da crise da dívida externa), quando o PIB crescia a 7% a.a. e a ocupação das pessoas cerca de 3% a.a., indicando uma elasticidade média de aproximadamente 0,40. A diferença entre as duas trajetórias de crescimento, no que diz respeito à geração de oportunidades para ocupar as pessoas, não está tanto na relação entre as intensidades de expansão do PIB e do emprego, mas no próprio ritmo de crescimento da economia, muito menor no período recente.

Tabela 1.3 – Ocupação, Renda do Trabalho e Elasticidade Ocupação/PIB. — Brasil: 2004-2007.

Período	Ocupação (variação anual)	Renda Média (variação anual)	Massa de Rendimentos	PIB	Elasticidade Ocupação/PIB
2004-2005	3,06	4,41	7,61	3,16	0,968
2005-2006	2,86	7,15	10,32	3,97	0,720
2006-2007	1,92	3,24	5,22	5,67	0,339
2004-2007	2,64	4,92	7,70	4,26	0,620

Fonte: IBGE; PNAD e Contas Nacionais.

A massa total de rendas do trabalho, da maneira como é captada pela PNAD, cresceu muito no período considerado, principalmente em 2005 e 2006, não somente devido ao forte aumento do número de pessoas ocupadas que se verificou nesses anos, mas também por causa do aumento da renda média do trabalho – que estava muito baixa em 2004. Efetivamente, desde a desvalorização do Real em 1999 e com as sucessivas desvalorizações que ocorreram no período 2001 a 2003, o aumento da inflação e a contenção da atividade da economia foram acompanhados pela diminuição no poder de compra da renda média do trabalho. Simetricamente, desde 2004, a queda da inflação e a reativação da economia deram ensejo a uma recuperação no poder de compra da renda média do trabalho. Mas, a comparação das variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), nas datas de referência da PNAD, do Deflator Implícito do Produto, medido anualmente, e dos reajustes nominais do salário mínimo com a variação do poder de compra da renda média do trabalho, entre 2004 e 2007, sugere que a evolução deste último reflete os movimentos combinados da inflação e dos reajustes do salário mínimo e das categorias profissionais (Tabela 1.4).

Tabela 1.4 – Renda Média no Trabalho, Salário Mínimo e Inflação (variação anual). — Brasil: 2004-2007.

	Deflator Implícito	INPC	Salário Mínimo	Salário Mínimo Real	Renda Média
2004-2005	7,20	5,01	15,38	9,88	4,41
2005-2006	4,70	2,86	16,67	13,42	7,15
2006-2007	4,10	4,87	8,57	3,53	3,24
2004-2007	5,32	4,24	13,48	8,87	4,92

Fonte: IBGE, PNAD; Ministério do Trabalho e Emprego.

A taxa de inflação diminuiu depois de 2003 e voltou a aumentar, ligeiramente, ao longo de 2007. A valorização do Real não impediu o aumento dos preços das commodities em moeda nacional e a retomada da atividade da economia facilitou tanto os repasses de custos aos preços como os reajustes nominais de salários. O INPC, de fato, acusou o aumento da inflação, medida no período entre as datas de referências da PNAD, para os anos de 2006 e 2007. Em simultâneo, os reajustes nominais do salário mínimo, que tinham sido expressivos em 2005 e 2006, diminuíram quase pela metade em 2007, fazendo que a maior inflação suavizasse o aumento do poder de compra do salário mínimo, entre as datas de referência da PNAD. Já os reajustes das categorias profissionais, acompanhados pelo DIEESE (2008), mostraram os efeitos da maior atividade da economia, tornando-se cada vez mais frequente a conquista de reajustes maiores do que a inflação, ainda que com uma diferença pequena, geralmente de 1% a 2%. Em 2008, havia a expectativa de que aumentaria o ritmo da recuperação das perdas salariais das categorias profissionais, ocorridas desde 1999, mas esta expectativa foi frustrada pela rapidez com que se difundiu a crise internacional. Em todo caso, a renda média do trabalho no Brasil teve seu ritmo de recuperação acelerado, em 2006, pela combinação de queda da inflação com intensos reajustes nominais de salário mínimo e, secundariamente, dos salários em várias categorias profissionais. Entretanto, essa recuperação não manteve o ritmo em 2007, porque o reajuste nominal do salário mínimo foi bem menos vigoroso e a inflação aumentou ligeiramente, mantendo-se os reajustes das categorias profissionais pouco maiores do que a inflação, embora ainda menores que o do salário mínimo. A renda média das pessoas ocupadas, em 2007, ainda era menor do que o nível verificado em 1998.

Por causa da intensidade do aumento da ocupação e da recuperação do poder de compra da renda média do trabalho, a massa total de rendimentos do trabalho cresceu fortemente em 2005 e 2006, superando o ritmo de crescimento do PIB e provocando uma recuperação na parcela da renda nacional apropriada pelo trabalho. Porém, a desaceleração da expansão da ocupação, em simultâneo à intensificação do crescimento do PIB e à redução no ritmo de aumento do poder de compra da renda média do trabalho, fizeram que, já em 2007, o crescimento da renda total do trabalho fosse de intensidade parecida com a do PIB, com um aumento anual da ocupação de 2% e da renda média do trabalho de 3% (Tabelas 1.5 e 1.6).

Tabela 1.5 – Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação (participação e taxa de variação anual, em %). — Brasil: 2004-2007.

Ano	Emprego Formal		Emprego sem Carteira		Não Assalariados		Total Ocupados	
	partic.	taxa	partic.	Taxa	partic.	taxa	partic.	taxa
2004	44,0	-	27,0	-	29,0	-	100,0	-
2005	44,6	4,50	26,5	0,88	28,9	2,89	100,0	3,06
2006	45,4	4,78	26,1	1,63	28,5	1,36	100,0	2,86
2007	47,0	5,62	25,4	-1,06	27,6	-1,25	100,0	1,92

Fonte: IBGE, PNAD.

Nesse contexto de desaceleração do crescimento do número de pessoas ocupadas e de aceleração do ritmo de crescimento do PIB, ocorreram mudanças substantivas na composição das pessoas em termos de posição na ocupação (Tabela 1.5). O crescimento do número de empregados contratados, respeitando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou o Estatuto do Servidor Público – o chamado “emprego formal” –, acelerou-se com o crescimento do PIB<sup>1</sup>. Por sua vez, a redução no ritmo de crescimento do número de pessoas ocupadas deveu-se ao ocorrido com o emprego sem carteira de trabalho e com os não assalariados (trabalhadores por conta-própria ou empregadores), que cresceram bem menos que o emprego formal e chegaram, inclusive, a diminuir em 2007. Portanto, a aceleração do crescimento do PIB, desde 2004, deu continuidade ao aumento da participação do emprego formal na ocupação total, mas redução absoluta no número de empregados sem carteira e no de trabalhadores não assalariados ocorreu somente em 2007, quando o PIB cresceu 5,7%, a ocupação total 1,9% e o emprego formal 5,6%.

<sup>1</sup> Sobre os fatores que contribuíram para o aumento do emprego formal, ver Baltar; Krein e Moretto (2006) e Cardoso Junior (2007).

A evolução da renda média mostra um comportamento diferente quando se considera a posição na ocupação. O comportamento observado para o conjunto das pessoas ocupadas – a aceleração da recuperação da renda média em 2006 e desaceleração em 2007 – verifica-se também para o universo do emprego formal e para o conjunto dos não-assalariados, mas não para o segmento dos empregados sem carteira assinada, para o qual o ritmo de aumento da renda média foi basicamente o mesmo, nos três anos do período examinado (Tabela 1.6). As diferenças de renda média por posição na ocupação pouco se alteraram, pois na média dos três anos o aumento da renda média foi pouco maior no emprego sem carteira (5,36%) e no conjunto do trabalho não-assalariado (5,05%) do que no emprego formal (4,07%).

Tabela 1.6 – Variação (em %) da Renda Média das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação — Brasil: 2004-2007.

Ano	Emprego Formal	Emprego sem Carteira	Não Assalariados	Total de Ocupados
2004	-	-	-	-
2005	3,62	6,06	3,84	4,41
2006	6,64	4,77	8,30	7,15
2007	2,00	5,26	3,10	3,24
Média	4,07	5,36	5,05	4,92

Fonte: IBGE, PNAD.

A composição da massa de renda total do trabalho por posição na ocupação reflete mais a evolução relativa do emprego do que da renda média, pois foi continuado o aumento da participação dos empregados formais (Tabela 1.7). O aumento relativo maior da renda média do emprego sem carteira e do trabalho não-assalariado apenas impediu um maior declínio de suas respectivas participações na massa total de rendimentos do trabalho. Em todo caso, mesmo em 2007, o emprego formal respondia por apenas 47% do número de pessoas ocupadas com rendimento e por 53,5% da massa total de rendimentos do trabalho. Os empregados sem carteira eram 25,4% das pessoas ocupadas e respondiam por 13,5% da renda do trabalho, enquanto os não assalariados representavam 27,6% dos ocupados remunerados e respondiam por 33% da massa de renda do trabalho.

Tabela 1.7 – Renda Total das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação (participação e variação anual, em %).  
— Brasil: 2004-2007.

Anos	Emprego Formal		Emprego sem Carteira		Não Assalariados		Total Ocupados	
	Part.	Var.	Part.	Var.	Part.	Var.	Part.	Var.
2004	51,3	-	14,2	-	34,5	-	100,0	-
2005	51,6	8,29	14,1	7,00	34,3	6,85	100,0	7,61
2006	52,3	11,74	13,6	6,48	34,1	9,77	100,0	10,32
2007	53,5	7,73	13,5	4,14	33,0	1,80	100,0	5,22

Fonte: IBGE – PNAD.

## 1.2. Análise Setorial do Emprego e dos Rendimentos

Em termos de uma avaliação do perfil e da evolução do emprego e da renda do trabalho, a retomada do crescimento da economia brasileira, numa conjuntura mundial especialmente favorável, contribuiu apenas para começar a modificar um quadro marcado (i) pelos efeitos perversos, sobre o mercado de trabalho, de 25 anos de estagnação do PIB *per capita* (num país subdesenvolvido) e (ii) pelas modificações que ocorreram na estruturação da economia em razão da abertura comercial e financeira – implementadas desde o início da década de 1990 –, que foram desfavoráveis a uma melhor estruturação do mercado de trabalho. Cerca de metade das pessoas ocupadas continuam não tendo um emprego em conformidade com as leis do trabalho do país e esses trabalhadores protegidos recebem pouco mais da metade da renda total das pessoas ocupadas. Os três anos de retomada do crescimento apenas começaram a alterar este quadro, permitindo que a renda média do trabalho e a participação dos trabalhadores na apropriação da renda nacional recuperassem as perdas verificadas desde a desvalorização do Real, em 1999.

Tabela 1.8 – Renda Média e Renda Total das Pessoas Ocupadas por Setor de Atividade. — Brasil: 2004 e 2007.

Setor de Atividade	Renda Média (1)		Taxa de variação (%)	2004		2007	
	2004	2007		Pessoas Ocupadas (%)	Renda Total (%)	Pessoas Ocupadas (%)	Renda Total (%)
	Agricultura	58,6		58,3	14,9	13,3	7,8
Construção	78,3	82,5	21,7	7,0	5,5	7,3	6,0
Alojamento e Alimentação	78,6	79,8	17,5	3,7	2,9	3,8	3,0
Serviço Doméstico	35,0	36,1	19,1	8,7	3,0	8,3	3,0
Outros Serviços	82,6	91,5	28,1	4,5	3,7	4,4	4,0
Mal definido	47,4	53,4	30,1	0,3	0,1	0,2	0,1
Subtotal	61,6	64,5	21,1	37,5	23,0	35,3	22,7
Transformação	102,3	100,3	13,5	15,3	15,6	15,8	15,8
Comércio e Reparação	97,6	96,6	14,5	18,5	18,0	19,0	18,4
Subtotal	99,7	98,3	13,9	33,8	33,6	34,8	34,2
Outras Indústrias	171,5	171,6	15,6	0,9	1,5	0,9	1,6
Transporte e Comunicação	133,5	122,9	6,4	5,1	6,9	5,3	6,5
Administração Pública	172,3	175,5	17,7	5,6	9,7	5,5	9,7
Educ. Saúde, S. Social	132,9	124,9	8,7	9,7	12,9	10,2	12,7
Outra Atividade	166,1	157,0	9,2	7,4	12,4	8,0	12,6
Subtotal	150,5	143,9	10,5	28,7	43,4	29,9	43,1
Média Geral	100,0	100,0	15,5	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: (1) Renda Média Geral = Índice 100,0.

Fonte: IBGE – PNAD.

Não obstante, foi substancial o aumento do número de pessoas ocupadas e principalmente do emprego formal e também se elevou a renda média do trabalho, provocando nesses três anos expressivo aumento da massa total de rendimentos do trabalho. Esses aumentos de ocupação e de renda média do trabalho ocorreram de modo generalizado em todos os setores de atividade da economia (Tabela 1.8). A agricultura foi o único setor em que o número de pessoas ocupadas diminuiu entre 2004 e 2007, mas mesmo neste setor de atividade a renda total do trabalho em 2007 foi maior do que em 2004.

No aumento da massa total de rendimentos do trabalho teve maior participação a recuperação da renda média (15,5% entre 2004 e 2007) do que a ampliação da ocupação (8,1% nos três anos). Além disso, o aumento da recuperação da renda média foi, em geral, maior nos setores de atividade cuja renda média do trabalho é menor que a média geral da economia, expressando a importância da política de aumento do valor do salário mínimo para a recuperação da renda média do trabalho. A participação na renda total do conjunto dos setores de atividade de renda média mais baixa (setores agrícola, construção, alojamento e alimentação, serviço doméstico e outros serviços onde sobressaem os serviços pessoais) quase não diminuiu entre 2004 e 2007, passando de 23% para 22,7% (porém, diminuiu sua participação na ocupação total de 37,5% para 35,2% no mesmo período). A redução na participação dos setores de baixa renda média não foi apenas devido à agricultura, porque também foi relativamente pequeno o aumento do número de pessoas ocupadas no serviço doméstico e em serviços pessoais. Já entre os setores de renda média relativamente alta, a administração pública foi o único setor em que diminuiu a participação na ocupação total. Essas mudanças na composição setorial da ocupação já são sintomas da retomada do crescimento da economia que tende a diminuir o peso na ocupação total de setores em que é mais frequente a possibilidade de ocupação, para pessoas sem alternativa de emprego, devido ao desempenho ruim da economia. Apesar disto, a agricultura, o serviço doméstico e os outros serviços ainda respondem por 24% da ocupação total com rendimentos positivos.

A importância da política de aumento do valor do salário mínimo para a recuperação da renda média do trabalho fica ainda mais evidente na maior variação da renda média nos tipos de ocupação com renda menor que a média geral da economia (Tabela 1.9). As ocupações de menor renda média (prestação de serviços, vendas, trabalho manual na agricultura e em outras atividades) são as que apresentaram os maiores aumentos, mas em 2007 ainda representavam mais de 2/3 das pessoas ocupadas e menos da metade da massa total de rendimentos do trabalho. As principais mudanças na composição das pessoas ocupadas por tipo de ocupação foram: a diminuição do peso das ocupações agrícolas e o aumento dos pesos das ocupações de profissionais de nível superior e técnicos de nível médio. Não obstante, a participação conjunta desses dois últimos tipos de ocupação ainda é de apenas 15,6% do total de pessoas ocupadas. Participam, entretanto, com 28,7% da renda total do trabalho.

Tabela 1.9 – Renda Média das Pessoas Ocupadas por Tipo de Ocupação. Brasil: 2004 e 2007.

Tipo de Ocupação	Renda Média (1)		Taxa de Variação (%)	2004		2007	
	2004	2007		Pessoas Ocupadas (%)	Renda Total (%)	Pessoas Ocupadas (%)	Renda Total (%)
Serviços	50,4	52,8	21,2	22,0	11,1	21,9	11,6
Vendas	72,0	73,3	17,7	10,1	7,2	10,3	7,6
Agrícola	57,8	57,4	15,0	13,1	7,6	11,2	6,5
Manual	79,5	79,8	16,1	25,2	20,1	25,5	20,4
Subtotal	65,2	66,7	18,1	70,4	46,0	68,9	46,1
Dirigente	309,2	293,0	9,6	5,3	16,3	5,4	15,7
Superior	254,2	235,1	6,9	6,5	16,5	7,3	17,2
Técnico	142,1	138,8	13,0	7,8	11,1	8,3	11,5
S. Administrativo	94,5	88,8	8,6	9,0	8,5	9,3	8,2
Forças Armadas	177,8	181,8	18,2	0,9	1,5	0,7	1,3
Mal definido	135,9	110,7	-5,8	0,1	0,1	0,1	0,0
Subtotal	183,2	174,1	9,8	29,6	54,0	31,1	53,9
Média Geral	100,0	100,0	15,5	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: (1) Renda Média Geral = Índice 100,0.

Fonte: IBGE – PNAD.

As diferenças de renda média por tipo de ocupação são bem maiores que as diferenças de renda média por setor de atividade. Em 2004, o desvio padrão das rendas médias nos setores de atividade equivaleu a 34,2% da renda média geral, enquanto o desvio padrão das rendas médias por tipo de ocupação equivaleu a 70,9% da média geral. Porém, entre 2004 e 2007, o desvio padrão das rendas médias setoriais aumentou em 21,3% (para um aumento da renda média geral de 15,6%), enquanto o desvio padrão das rendas médias por tipo de ocupação aumentou apenas 8,2%. Assim, o coeficiente de variação (relação entre o desvio padrão e a média) aumentou ligeiramente para as diferenças setoriais (0,342 para 0,360), enquanto diminuiu para as diferenças por tipo de ocupação (0,771 para 0,663). O importante a destacar é que, apesar da diminuição, continuam muito grandes as diferenças de remuneração, por tipo de ocupação, sendo essas diferenças de renda média muito maiores do que entre os setores de atividade.

O crescimento da economia brasileira, no período considerado, provocou a continuidade da recuperação da participação do emprego formal no total da ocupação, processo que já vinha ocorrendo desde 1999. O grau de formalização, entretanto, varia muito entre os setores de atividade (Tabela 1.10) e por tipo de ocupação (Tabela 1.11). Nos cinco setores de atividade de baixa renda média (agricultura, construção, alojamento-alimentação, serviços domésticos e outros serviços em que, como foi dito, sobressaem os serviços pessoais), é muito pequena a participação do emprego formal na geração de oportunidades ocupacionais. Já em comércio-reparação e transporte-comunicação, a renda média não é tão baixa, mas também é relativamente reduzida a participação do emprego formal na ocupação total desses setores.

Em todos os setores de atividade foi substancial o crescimento do emprego formal, com taxas anuais de crescimento maiores do que 3%, salvo em outros serviços e na administração pública, em que o crescimento do emprego formal foi um pouco menor que 2% ao ano. Ao contrário do apontado para o total de pessoas ocupadas, o crescimento do emprego formal (15,7%) pesou mais que o da renda média (12,7%) para o aumento da massa total de renda do trabalho. Preservou-se, entretanto, a relação entre a renda média do setor e a participação do emprego formal na ocupação total do setor. Isso fica patente no fato dos setores de baixa renda média participarem com 35,3% do total de pessoas ocupadas e somente 19,1% do emprego formal total, enquanto os setores de renda média relativamente alta participavam com 29,9% da ocupação total e 42,9% do emprego formal total.

Tabela 1.10– Emprego Formal por Setor de Atividade. Brasil: 2004 e 2007.

Setor de Atividade	Participação do Emprego Formal no Setor (%)		Distribuição do Emprego Formal no Setor (%)		Taxa de Variação 2004-07 (%)
	2004	2007	2004	2007	
Agricultura	15,7	18,5	4,8	4,5	8,05
Construção	23,6	26,5	3,7	4,1	27,40
Alojamento e Alimentação	34,1	38,6	2,8	3,1	26,51
Serviço Doméstico	25,9	27,4	5,1	4,8	9,32
Outros Serviços	27,0	27,3	2,8	2,5	5,62
Mal definido	11,8	20,8	0,1	0,1	56,82
Subtotal	22,7	25,5	19,3	19,1	14,69
Transformação	60,6	62,1	21,1	20,8	14,05
Comércio e Reparação	37,8	42,4	15,8	17,2	25,28
Subtotal	48,1	51,3	36,9	38,0	18,87
Outras Indústrias	78,3	81,7	1,6	1,6	13,62
Transporte e Comunicação	49,8	52,6	5,8	5,9	18,29
Administração Pública	79,1	78,6	10,1	9,2	5,71
Educ. Saúde, S. Social	72,1	72,1	16,0	15,6	12,67
Outra Atividade	61,0	62,5	10,3	10,6	19,14
Subtotal	66,8	67,5	43,8	42,9	13,38
Total Geral	44,0	47,0	100,0	100,0	15,66

Fonte: IBGE – PNAD.

O aumento da participação do emprego formal na ocupação total ocorreu em quase todos os tipos de ocupação. O crescimento do emprego formal foi particularmente intenso em cargos de direção, ocupações de venda, profissões de nível superior e cargos técnicos de nível médio. Porém, mesmo nas ocupações manuais da agricultura, o emprego formal cresceu no ritmo de 3,5% ao ano. Também se nota para os tipos de ocupação o verificado com os setores de atividade, ou seja, uma relação entre a renda média e a participação do emprego formal na ocupação total. As ocupações de menor renda média tinham também menor participação do emprego formal na ocupação total. Os quatro tipos de ocupação de menor renda média (prestação de serviços, venda, trabalho manual agrícola e não agrícola) participavam com 68,9% do total de pessoas ocupadas e somente 57,9% do emprego formal total, enquanto os cinco tipos de ocupação de renda média relativamente alta (dirigentes, profissionais de nível superior, técnicos de nível médio, serviços de apoio administrativo e pessoal das forças armadas) participavam com 31,1% do total de pessoas ocupadas e 42,1% do emprego formal total.

Tabela 1.11 – Emprego Formal por Tipo de Ocupação. Brasil: 2004 e 2007.

Tipo de Ocupação	Participação do Emprego Formal no Setor (%)		Distribuição do Emprego Formal no Setor (%)		Taxa de Variação (%)
	2004	2007	2004	2007	
Serviços	42,4	45,0	21,3	21,0	14,09
Vendas	31,2	34,7	7,1	7,6	23,19
Agrícola	15,0	18,1	4,5	4,3	10,78
Manual	44,4	46,2	25,5	25,0	13,63
Subtotal	36,4	39,5	58,4	57,9	14,74
Dirigente	36,2	40,6	4,3	4,6	23,43
Superior	60,1	60,1	8,9	9,4	21,43
Técnico	60,0	62,2	10,6	11,0	19,52
S. Administrativo	77,4	79,1	15,8	15,6	14,48
Forças Armadas	95,2	94,5	1,9	1,4	-11,84
Mal definido	45,2	62,9	0,1	0,1	-19,09
Subtotal	62,1	63,8	41,6	42,1	16,95
Total Geral	44,0	47,0	100,0	100,0	15,65

Fonte: IBGE – PNAD.

As diferenças de renda média setorial, comparativamente à média geral, são ligeiramente menores para o emprego formal do que para o total de pessoas ocupadas. Assim, em 2004, para uma diferença de renda média geral de 16,6% em favor do emprego formal, a diferença de desvios padrões das médias setoriais foi de apenas 2,6%, também maior para o emprego formal do que para o total de pessoas ocupadas. Já em 2007, o desvio padrão das rendas médias setoriais para o emprego formal passou a ser 1,8% menor que o das rendas médias setoriais para o total de pessoas ocupadas; e a diferença de rendas médias, em favor do emprego formal, diminuiu para 13,6%. Assim, os coeficientes de variação, que eram 0,342 e 0,301, em 2004, passaram para 0,360 e 0,311, em 2007, mostrando que houve ligeiro aumento das diferenças das rendas médias setoriais, tanto para o emprego formal quanto para o total de pessoas ocupadas (as diferenças relativas de renda média setorial do emprego formal se mantiveram menores do que as de renda média setorial de todo o pessoal ocupado, por ter desvio padrão semelhante e com uma média geral bastante maior para o emprego formal). Em todo caso, o efeito da política de aumento do valor do salário mínimo, elevando mais as baixas remunerações dos setores de menor renda, não foi suficiente para fazer diminuir a dispersão de rendas médias setoriais, sequer para o emprego formalizado conforme as leis trabalhistas.

Tabela 1.12 – Renda Média e Emprego Formal por Setor de Atividade. Brasil: 2004 e 2007.

Setor de Atividade	Diferenciais de Renda Média (1)		Taxa de Variação (em %)	Distribuição da Renda Total (em %)	
	2004	2007		2004	2007
Agricultura	52,5	57,8	23,93	2,5	2,6
Construção	86,5	93,3	21,56	3,2	3,8
Alojamento e Alimentação	61,1	61,3	13,08	1,7	1,9
Serviço Doméstico	43,2	45,9	19,59	2,2	2,2
Outros Serviços	95,9	98,9	16,32	2,7	2,5
Mal definido	116,8	96,6	-6,78	0,1	0,1
Subtotal	64,3	68,6	20,14	12,4	13,1
Transformação	97,2	96,9	12,30	20,5	20,1
Comércio e Reparação	76,7	76,0	11,69	12,2	13,1
Subtotal	88,4	87,4	11,46	32,7	33,2
Outras Indústrias	160,3	167,2	17,59	2,6	2,6
Transporte e Comunicação	111,9	104,7	5,47	6,5	6,2
Administração Pública	161,3	172,9	20,81	16,2	15,9
Educ. Saúde, S. Social	110,2	108,0	10,46	17,5	16,8
Outra Atividade	117,6	114,1	9,42	12,1	12,2
Subtotal	125,5	125,1	12,38	54,9	53,7
Média Geral	100,0	100,0	12,71	100,0	100,0

Nota: (1) Renda Média Geral = Índice 100,0.

Fonte: IBGE – PNAD.

Este efeito da política de aumento do valor do salário mínimo, entretanto, aparece na redução da dispersão das rendas médias por tipo de ocupação. Essa dispersão era bem menor para o emprego formal do que para o total de pessoas ocupadas, mas era bem maior do que as diferenças de renda média setorial. Assim, em 2004, para uma diferença de renda média de 16,6%, em favor do emprego formal, a diferença de desvio padrão das rendas médias por tipo de ocupação foi 6,7% menor do que para o total de pessoas ocupadas. Com renda média maior e desvio padrão menor, o coeficiente de variação para as rendas médias por tipo de ocupação foi 0,568 para o emprego formal e 0,709 para o pessoal ocupado total. Entre 2004 e 2007, o desvio padrão das rendas médias por tipo de ocupação aumentou 8,5% para o emprego formal e 8,2% para o total de pessoas ocupadas, enquanto a renda média aumentou 12,6% para o emprego formal e 15,6% para o total de pessoas ocupadas, de modo que os coeficientes de variação diminuíram de 0,568 para 0,548 no caso do emprego formal e de 0,709 para 0,663 no caso do total de pessoas ocupadas. Continuam, não obstante, muito maiores do que os coeficientes de variação para as rendas médias setoriais.

Tabela 1.13 – Renda Média e Emprego Formal por Tipo de Ocupação. Brasil: 2004 e 2007.

Tipo de Ocupação	Diferenciais de Renda Média (1)		Taxa de Variação (em %)	Distribuição da Renda Total (em %)	
	2004	2007		2004	2007
Serviços	56,0	57,8	16,40	11,9	12,1
Vendas	67,2	69,6	16,78	4,8	5,3
Agrícola	49,4	55,1	25,72	2,2	2,4
Manual	77,4	78,1	13,60	19,8	19,5
Subtotal	66,2	67,9	15,56	38,7	39,3
Dirigente	251,0	242,4	8,86	10,9	11,2
Superior	223,3	215,6	8,80	19,9	20,1
Técnico	128,1	124,6	9,63	13,6	13,7
S. Administrativo	88,8	84,8	7,72	14,0	13,3
Forças Armadas	151,3	160,8	19,76	2,8	2,3
Mal definido	148,8	100,7	-23,72	0,1	0,1
Subtotal	147,4	144,2	10,24	61,3	60,7
Média Geral	100,0	100,0	12,71	100,0	100,0

Nota: (1) Renda Média Geral = Índice 100,0.

Fonte: IBGE – PNAD

Novamente, constata-se que a retomada do crescimento da economia brasileira, num contexto de formalização dos contratos de trabalho e de política de aumento do valor do salário mínimo, apenas deu início à modificação de um quadro muito precário do mercado de trabalho. As diferenças de renda e de participação do emprego formal na ocupação total são muito grandes por setor de atividade e, principalmente, por tipo de ocupação. Os setores e tipos de ocupação com menor renda são também os que têm menores participações do emprego formal na ocupação total, o que agrava enormemente as diferenças de situação socioeconômica entre os trabalhadores, já que o cumprimento das leis do trabalho significa garantir diversas vantagens para os empregados formais, como descanso semanal remunerado, férias (com mais 1/3 do salário), FGTS, auxílios transporte e alimentação, aposentadoria e pensão, entre outros direitos trabalhistas.

A retomada do crescimento deu continuidade ao aumento da participação do emprego formal na ocupação total que vinha ocorrendo desde 1999. Esse aumento da importância relativa do emprego formal foi generalizado, por setor de atividade e tipo de ocupação, mas desde 2004 ocorreu em simultâneo a uma recuperação da renda média do trabalho, que estava muito baixa (tinha sido prejudicada pelo aumento da inflação e pela contenção da atividade econômica no período 1999–2003).

A política de aumento do valor do salário mínimo, que também já vinha sendo implementada desde o final da década de 1990, não impediu que o aumento da inflação e a contenção da atividade econômica, no período 1999–2003, reduzissem fortemente a renda do trabalho (Hoffmann, 2009). De fato, a comparação de 2004 com 1999 indica uma queda de renda média do trabalho de 10,6% e da renda mediana em 8,5%. As menores rendas do trabalho não perderam poder de compra, notando-se uma diminuição do Índice de Gini, de 0,567 para 0,547, com a média das diferenças absolutas de renda diminuindo muito mais do que a média geral das rendas do trabalho. O fato do salário mínimo vigente na data da PNAD/2004 ser 22% maior do que na data da PNAD/1999 ajudou a sustentar as baixas rendas do trabalho, diante do aumento da inflação com baixo ritmo de atividade da economia, fazendo as diferenças de renda do trabalho diminuírem bem mais do que a renda média.

A novidade da retomada do crescimento desde 2004 é que, ocorrendo com a continuidade da formalização dos contratos de trabalho e intensificação do aumento do valor do salário mínimo – aumento de 29% entre 2004 e 2007, ou 8,9% ao ano, bem mais do que os 4% ao ano verificado entre 1999–2004 –, provocou recuperação da renda média do trabalho, mas com continuidade da redução nas diferenças relativas de renda. De modo não habitual no país, entre 2004 e 2007, houve intenso aumento da renda média do trabalho com diminuição do Índice de Gini. Ou seja, as diferenças absolutas de renda do trabalho aumentaram menos do que a média das rendas do trabalho.

A redução nas diferenças relativas de renda das pessoas ocupadas se expressou em diminuição das diferenças de renda média por tipo de ocupação, que ocorreu tanto para o emprego formal quanto para o total das posições na ocupação. Considerando que esses efeitos refletem os impactos de um crescimento no curto período de apenas três anos, não se modificou de forma ainda mais significativa o perfil de emprego e renda das pessoas ocupadas por tipo de ocupação. Manteve-se, portanto, basicamente o mesmo perfil de emprego e remuneração, que reflete o subdesenvolvimento nacional e a estagnação relativa do PIB *per capita* por quase um quarto de século. Ressalta, neste aspecto de economia subdesenvolvida agravado pela estagnação, o elevado peso de ocupações manuais da agricultura e da prestação de serviços, em detrimento da participação das ocupações na produção de bens e nos serviços de apoio administrativos, bem como dos cargos de direção e das profissões de nível superior e técnicas de nível médio.

Portanto, a modificação mais expressiva deste perfil requer a continuação do crescimento da economia, bem como o prosseguimento do aperfeiçoamento da regulação pública do trabalho. Não obstante, a retomada do crescimento, a continuação do aumento da participação do emprego formal na ocupação total e a recuperação do valor do salário mínimo, ao lado da retomada da contratação coletiva do trabalho e de reajustes mais expressivos dos salários das categorias profissionais, provocaram, em apenas três anos, uma sensível modificação na distribuição dos trabalhadores por faixa de rendimento (Tabela 1.14).

Tabela 1.14 – Distribuição dos trabalhadores por faixas de rendimento (em salários mínimos). Brasil: 2004 e 2007.

Faixas de Salários Mínimos	2004		2007
	Sal. Min.	Sal. Min.	Sal. Min.
	de 2004	de 2007	de 2007
menos de 0,5 s.m.	10,1	14,3	9,6
0,5 a 1,0	11,8	27,7	11,5
1,0 a 1,25	19,7	11,9	22,1
1,25 a 1,5	6,1	9,6	10,0
1,5 a 2,0	16,1	9,2	13,5
2,0 a 3,0	12,5	12,6	13,8
3,0 a 5,0	12,1	6,6	9,2
5,0 a 10,0	7,7	5,6	7,1
10,0 ou mais s.m.	3,9	2,5	3,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD.

Descontada a inflação e tendo por referência o salário mínimo de 2007 (que tem poder de compra 29% maior que o de 2004, na data de referência da PNAD), a proporção de trabalhadores ganhando menos do que este salário mínimo diminuiu de 42% para 21%, sendo que 21,9% dos trabalhadores ganhavam menos que 1 s.m. (valor de 2004). Ou seja, com o aumento do poder de compra do salário mínimo de 29% em três anos, a fração dos trabalhadores ganhando menos que o salário mínimo não aumentou. Já a fração de trabalhadores que ganham menos do que 1 s.m. (valor de 2007) diminuiu pela metade, sinalizando o efeito expressivo do aumento do valor do salário mínimo sobre a remuneração do grande número de trabalhadores que têm renda próxima do valor mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Em contrapartida, a proporção de trabalhadores que ganham de 1,0 a menos de 1,25 salário mínimo de 2007 aumentou de 11,9% para 22,1%, traduzindo o fato de muitos trabalhadores que ganham mais que o salário mínimo de 2004, porém menos do que o salário mínimo de 2007, terem usufruído plenamente do expressivo aumento do valor do salário mínimo, entre 2004 e 2007. Já o aumento da proporção de trabalhadores ganhando de 1,25 a menos de 1,5 salário mínimo, junto com a redução na proporção dos que ganham de 1,5 a menos de 2,0 salários mínimos, indicam que muitos desses últimos trabalhadores não conseguiram reajustes salariais análogos ao do salário mínimo legal. Algo semelhante ocorre com as faixas de 2 a menos de 3 e de 3 ou mais salários mínimos. Na realidade, entre 2004 e 2007, diminuiu o número de trabalhadores ganhando mais do que 3 salários mínimos, em valor nominal de cada ano. Não obstante, como mostram as mudanças na distribuição dos trabalhadores por faixas de salário mínimo vigente em 2007, diminuiu a frequência relativa dos que ganham menos do que um salário mínimo de 2007 e aumentou a frequência relativa de trabalhadores em todas as faixas de renda maiores do que o salário mínimo de 2007, indicando elevação generalizada de todas as remunerações dos trabalhadores, embora para as rendas superiores em proporções menores do que o aumento do valor

do salário mínimo legal. Contribuiu para este resultado a retomada das negociações coletivas de trabalho que, conforme o DIEESE (2008), permitiu nos últimos anos reajustes profissionais maiores do que a inflação, embora muito aquém dos reajustes do salário mínimo legal.

A evolução positiva do emprego e a recuperação mencionada da renda do trabalho repercutiram na renda das famílias e – junto com a ampliação do crédito – afetaram o nível e estrutura do consumo. Neste sentido, é importante examinar as diferenças de consumo segundo o nível de renda das famílias para que possam ser discutidos os impactos do desempenho favorável do mercado de trabalho nacional sobre o consumo de bens e serviços.

## 2. PADRÃO DE CONSUMO E RENDA FAMILIAR NO BRASIL

O objetivo da presente seção é analisar a composição do gasto mensal das famílias e explicitar as diferenças de consumo conforme classes de renda familiar total. Com essa finalidade, são destacados, primeiro, as principais fontes de rendimento e os principais itens de despesa corrente das famílias. Em seguida, considerando as classes de renda familiar estabelecidas, são analisados os gastos médios dos núcleos familiares com cada tipo de despesa em consumo, bem como os itens que mais pesam em cada tipo de despesa familiar mensal. Espera-se que a análise ofereça subsídios para uma reflexão sobre as possíveis consequências de alterações do padrão de consumo que decorrem de variações significativas da renda das famílias, alterações estas que podem exercer influência sobre a evolução da demanda doméstica no país.

A análise está baseada na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF-IBGE)<sup>2</sup>, de 2003, que fornece informações detalhadas sobre as despesas e permite examinar o consumo das famílias brasileiras de maneira bem abrangente. É importante esclarecer que as despesas em consumo não se restringem ao poder de compra da renda monetária das famílias e que a POF mensura também os rendimentos não-monetários e as despesas não-monetárias<sup>3</sup>. De qualquer modo, como no Brasil imperam os preceitos de uma economia de mercado, não há dúvida de que predominam os rendimentos monetários e as despesas monetárias.

Embora a composição da renda e o padrão de consumo das famílias mudem lentamente, pode-se supor que a análise da relação entre consumo e renda em 2003 aponta elementos importantes desta relação que ainda são válidos para o período 2004-07.

### 2.1. Composição da Renda e do Consumo das Famílias Brasileiras

Conforme a POF, no início de 2003, residiam no Brasil cerca de 175,9 milhões de pessoas distribuídas em 48,5 milhões de famílias, o que equivalia a um tamanho médio de 3,63 pessoas por família<sup>4</sup>. O rendimento total mensal dessas famílias foi estimado em R\$ 86,8 bilhões, correspondendo em média a R\$ 1.789,66 mensais por família ou R\$ 493,00 por pessoa. Por sua vez, a estimativa da despesa total mensal em consumo foi de R\$ 71,1 bilhões. Ou seja, 81,9% da renda total apropriada pelas famílias foram direcionadas para as despesas de consumo. Isto implica em um consumo médio mensal de R\$ 1.453,32 por família ou de R\$ 404,20 por pessoa.

Antes de analisar a composição das despesas, é importante esclarecer quais as principais fontes de rendimento das famílias. A POF revela que 62% dos rendimentos são provenientes do trabalho (Tabela 2.1). Em segundo lugar, estão as transferências de renda (15%), as quais incluem aposentadorias, bolsas, pensões alimentícias, doações monetárias, transferências transitórias e excepcionais (como auxílio-doença, seguro-desemprego, heranças etc.), entre outros. Os rendimentos não-monetários contribuem com 14,6% na composição da renda familiar<sup>5</sup>, enquanto as outras rendas monetárias representam 6,6% da renda das famílias. Os rendimentos de aluguel de bens móveis e imóveis são os que menos contribuem na composição do rendimento médio familiar (1,8%). Considerando apenas os rendimentos monetários, estima-se que as rendas obtidas no trabalho correspondam a quase três quartos (72,6%) do total.

<sup>2</sup> Trata-se de uma pesquisa realizada por amostragem no período compreendido entre Julho de 2002 e Junho de 2003, com data de referência fixada em 15 de Janeiro de 2003, na qual foi investigada (para os domicílios particulares permanentes) a composição dos gastos e do consumo das famílias segundo classes de rendimento. No domicílio foi identificada a unidade de consumo constituída por um ou mais moradores que compartilhavam da mesma fonte de alimentação ou compartilhavam as despesas com moradia. O conceito de família adotado é análogo ao do Censo e das demais pesquisas domiciliares do IBGE e refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas. Na maioria das situações, porém, os conceitos de família e de unidade de consumo coincidem (IBGE, 2004).

<sup>3</sup> A renda mensal familiar é constituída por uma parcela monetária e outra não-monetária. A parte monetária inclui os rendimentos do trabalho, as transferências, os rendimentos de aluguel e outros rendimentos das famílias. A parcela não-monetária foi estimada a partir da utilização e do consumo de produtos adquiridos por meio da produção própria, retirada do negócio, troca, doações, pagamentos em espécies etc. (IBGE, 2004, p. 89). De forma análoga, as despesas totais das famílias compreendem despesas monetárias e não-monetárias. As despesas monetárias são aquelas realizadas mediante pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito. As despesas não-monetárias correspondem às aquisições provenientes de produção para consumo próprio, troca, doação e outras formas de obtenção de bens ou serviços (IBGE, 2004, p. 63).

<sup>4</sup> Das 175,9 milhões de pessoas, em torno de 54,1 milhões residiam em áreas metropolitanas, 91,7 em áreas urbanas não-metropolitanas e 30 milhões em áreas rurais.

<sup>5</sup> Os rendimentos não-monetários (trocas, doações etc.) são uma fonte de renda importante nas áreas rurais.

Tabela 2.1 – Distribuição dos rendimentos (monetário e não-monetário) conforme suas fontes. Brasil: 2003.

Fontes de renda das famílias	%
Renda do trabalho	62,0
Transferências	15,0
Renda de aluguel	1,8
Outras rendas monetárias	6,6
Renda não-monetária	14,6
Total da renda familiar	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

As remunerações oriundas do trabalho podem provir de uma relação de emprego (público, privado ou doméstico), do trabalho por conta-própria ou, ainda, do fato de ser dono de um negócio que emprega outras pessoas. Segundo a POF (Tabela 2.2), "empregado" é a posição ocupacional com maior participação (pouco mais de dois terços) na renda total do trabalho<sup>6</sup>. Em segundo lugar, aparece "trabalhador por conta-própria" (cerca de um quinto). E chama atenção a porcentagem relativamente alta proveniente de "empregador" (12%).

<sup>6</sup> A informação da POF é compatível com a da PNAD. Como visto na seção anterior, os assalariados eram responsáveis por 65,5% dos rendimentos do trabalho, em 2004, de acordo com a PNAD.

Tabela 2.2 – Distribuição dos rendimentos do trabalho por posição na ocupação. Brasil: 2003.

Tipos de rendas do trabalho	%
Empregado	68,5
Conta-própria	19,8
Empregador	11,7
Total	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

No que diz respeito às transferências (Tabela 2.3), é importante destacar que os rendimentos de aposentadoria correspondem a cerca de 80% delas (três quartos do total das transferências vêm da Previdência Social). As transferências referentes à pensão alimentícia, mesada e doação também têm uma participação significativa, da ordem de 10%. E as transferências transitórias ficam com 7,2% (note-se que em 2002-2003 o Programa Bolsa Família ainda não tinha sido implantado).

Tabela 2.3 – Distribuição dos rendimentos de transferência segundo o tipo. Brasil: 2003.

Tipo de transferência	%
Aposentadoria - Previdência Pública	74,9
Aposentadoria - Previdência Privada	5,4
Bolsa de estudo	2,3
Pensão alimentícia, mesada, doação	10,2
Transferência transitória	7,2
Total	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Os rendimentos de aluguel são classificados em dois tipos: aluguel de bens imóveis (casas, apartamentos etc.) ou de bens móveis (veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais etc.). De acordo com a POF, os rendimentos de aluguel provenientes de bens imóveis respondem por 90,8% do total, ao passo que os bens móveis ficam com 9,2%.

E quanto aos outros rendimentos monetários, a POF indica que as famílias brasileiras podem contar com vendas esporádicas (por exemplo, venda de automóveis, imóveis, consórcios e produtos), que representam 57,6% deste total; e que as aplicações de capital (ganhos em operações financeiras) representam 21,1% desses outros rendimentos. Os empréstimos (crédito-educativo, juros de empréstimos e outros) correspondem a apenas 11,6% desta fonte de renda, o que coloca em evidência a baixa oferta de crédito para o conjunto das famílias brasileiras. Por fim, lucros de negócios, restituição de imposto de renda e rendimentos esporádicos representam 9,7% dos outros rendimentos monetários.

<sup>7</sup> Para uma análise das desigualdades regionais no padrão de consumo das famílias, ver Almeida e Freitas, 2006.

Tabela 2.4 – Despesa de consumo (monetária e não-monetária) média mensal familiar por tipo de produto. Brasil: 2003.

Tipos de produtos e serviços	%	% acumulada
Habitação	35,5	35,5
Alimentação	20,8	56,3
Transporte	18,4	74,7
Assistência à saúde	6,5	81,2
Vestuário	5,7	86,9
Educação	4,1	91,0
Recreação e cultura	2,4	93,4
Higiene e cuidados pessoais	2,2	95,6
Serviços pessoais	1,0	96,6
Fumo	0,7	97,3
Despesas diversas	2,8	100,0
Total das Despesas de Consumo	100,0	-

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Pode-se agora examinar a composição do consumo médio. As despesas de consumo constituem o mais importante componente da estrutura de despesas das famílias (82%) e estão organizadas em doze grupos, relacionados na Tabela 2.4. Olhando para o conjunto das famílias, essas despesas estão concentradas basicamente em três tipos de produtos e serviços: alimentação, habitação e transporte. Esses três tipos respondem por três quartos da média mensal das despesas de consumo das famílias brasileiras. Acrescentando os gastos com saúde, vestuário, educação e higiene e cuidados pessoais, chega-se a 93% do total. Ou seja, sobram apenas 7% para outros itens, como recreação e cultura, serviços pessoais e despesas diversas.

## 2.2. Diferenciais de Nível e Composição do Consumo por Faixa de Renda das Famílias

Sabe-se que o padrão de consumo diferencia-se conforme o nível de renda familiar<sup>7</sup>. Neste estudo, as famílias foram agrupadas em quatro estratos de renda familiar mensal total, de acordo com as diferenças observadas na participação dos principais itens de despesa no orçamento familiar. Ou seja, a delimitação dos quatro estratos de renda foi feita com base na composição do consumo das famílias de forma a assegurar que entre uma faixa de renda e outra houvesse uma diferença evidente. Na Tabela 2.5 são apresentadas as quatro faixas de renda familiar em Reais e suas correspondentes em múltiplos de salário mínimo.

Tabela 2.5 – Distribuição das famílias, pessoas, renda familiar e despesas de consumo conforme classes de rendimento. Brasil: 2003.

Classes de rendimento em Reais	Classes de rendimento em salários mínimos	Distribuição famílias (%)	Distribuição pessoas (%)	Renda familiar (%)	Despesa de consumo (%)
Até 600,00	até 3 s.m.	30,3	28,6	6,2	10,6
Mais de 600,00 a 2.000,00	mais de 3 a 10	45,6	46,6	28,3	34,7
Mais de 2.000,00 a 6.000,00	mais de 10 a 30	19,0	19,7	34,6	33,5
Mais de 6.000,00	mais de 30 s.m.	5,1	5,1	30,9	21,2
Total		100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002–2003.

A distribuição das famílias e das pessoas conforme essas classes de rendimento mensal familiar mostra que na primeira faixa (até R\$ 600 ou até 3 salários mínimos) encontravam-se 30% das famílias ou o equivalente a 29% das pessoas. Essas famílias detinham apenas 6% da massa de renda familiar total e eram responsáveis por 11% do total das despesas em consumo das famílias. Na faixa de mais de R\$ 600 até R\$ 2.000 (ou de mais de 3 a 10 salários mínimos), encontrava-se quase metade das famílias (45,6%) e também das pessoas (46,6%). Essas famílias detinham 28,4% da massa de renda familiar total e eram responsáveis por quase 35% do consumo total das famílias. Nas duas faixas de renda seguintes, diminuem as proporções de famílias e de pessoas e aumentam as proporções referentes à apropriação da renda familiar. A faixa superior, onde estão 5% das famílias, detém 31% da massa de renda familiar e 21% das despesas de consumo das famílias brasileiras.

Tanto a participação na apropriação da renda como a participação nas despesas de consumo são desproporcionais ao peso de cada faixa de renda na distribuição das famílias. As famílias com renda até R\$ 2.000 (10 s.m.) correspondem a mais de três quartos (75,9%) do conjunto, mas se apropriam de pouco mais de um terço (34,5%) da massa de rendimentos e são responsáveis por menos da metade (45,3%) das despesas totais de consumo. Inversamente, as famílias com renda superior a R\$ 2.000 (10 s.m.) representam menos de um quarto (24,1%) do conjunto, mas se apropriam de quase dois terços (65,5%) da massa de rendimentos e são responsáveis por mais da metade (54,7%) das despesas de consumo computadas.

É interessante observar que as famílias que ganham até 3 s.m. (30% das famílias), em média, gastam mais do que ganham<sup>8</sup>: o total das despesas ultrapassa o total dos rendimentos em 40,5% (Tabela 2.6). Para a segunda faixa de renda, as despesas em consumo comprometem toda a renda das famílias. Somente na terceira e na quarta faixas de renda, as despesas em consumo das famílias são inferiores ao total da renda. Provavelmente, as famílias com despesas maiores que a renda ficam numa situação preocupante, pois em geral esse déficit significa que estão se endividando. A difusão na utilização de cartão de crédito – inclusive dos emitidos pelas próprias empresas varejistas –, a ampliação dos prazos para pagamento do crediário, a criação de novas formas de empréstimos pessoais (como o crédito consignado) e a menor dificuldade de abertura de contas bancárias (conta simplificada) permitiram a muitas famílias contrair dívidas e ter acesso a bens duráveis de consumo<sup>9</sup>. Mas, é difícil sustentar essa situação no longo prazo, considerando o elevado nível das taxas de juros praticadas no Brasil e o alto custo do crédito oferecido à população (ainda que os programas de transferência de renda e o avanço do emprego com carteira assinada tenham melhorado as perspectivas destas famílias).

<sup>8</sup> Esse aspecto já havia sido constatado em edições anteriores da POF. É possível que esse desequilíbrio no orçamento das famílias de menor renda seja explicado, em parte, por subdeclaração dos rendimentos. Mas, também é possível que sejam beneficiadas por esquemas de solidariedade social. Cf. Castro e Magalhães, 1998.

<sup>9</sup> Para as famílias de mais baixa renda, além da maior oferta de crédito, o aumento recente do gasto com consumo está associado com as políticas públicas na área social, as variações na estrutura de preços, as mudanças no tamanho da família e a transformação do papel da mulher. Cf. Torres; Bichir e Carpin, 2006.

Tabela 2.6 – Relação entre despesas de consumo e rendimentos, renda familiar média e despesa de consumo média por classes de rendimento familiar. - Brasil: 2003.

Classes de rendimento em salários mínimos	Despesas de consumo em relação aos rendimentos	Rendimentos por família		Despesas de consumo por família	
		Renda Média (R\$)	Índice	Despesa média (R\$)	Índice
Até 3 s.m.	1,405	366,28	100,0	514,75	100,0
Mais de 3 a 10	1,005	1.108,51	302,6	1.113,74	216,4
Mais de 10 a 30	0,794	3.256,85	889,2	2.585,30	502,2
Mais de 30 s.m.	0,559	10.897,52	2.975,2	6.095,76	1.184,2
Total	0,819	1.789,66	488,6	1.465,32	284,7

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Na primeira faixa de renda, referente às famílias mais pobres, a renda média equivale a 20% da renda média do conjunto das famílias, enquanto a despesa média em consumo dessas famílias mais pobres equivale a 35% do consumo médio do conjunto das famílias. No polo oposto, a renda média das famílias em melhor situação é seis vezes maior que a renda média do conjunto. Também é importante notar que a renda média do segundo estrato é três vezes maior que a do primeiro, ao passo que a do terceiro é quase três vezes a do segundo, e a do quarto é mais de três vezes maior que a do terceiro. Por sua vez, a comparação entre os dois extremos da distribuição revela que a renda média do estrato mais rico é quase 30 vezes maior que a renda média do estrato mais pobre; e a despesa média em consumo do estrato mais rico é quase 12 vezes superior à do estrato mais pobre.

A despesa total das famílias é composta de todas as despesas monetárias e não-monetárias correntes, mais aquelas que representam aumento do ativo ou diminuição do passivo. As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes (as quais podem ser: impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas e doações, previdência privada, entre outras). Pode-se observar na Tabela 2.7 que, quanto maior a renda familiar, menor é o peso da despesa corrente na despesa total e menor a participação da despesa de consumo na despesa corrente. Nas famílias de menor renda, as despesas correntes constituem 97% da despesa total e as despesas de consumo quase 97% das despesas correntes. No outro extremo, entre as famílias com rendimentos superiores a 30 salários mínimos, as despesas correntes representam 93% das despesas totais e as despesas de consumo 88% das despesas correntes.

Tabela 2.7 – Participação das despesas, segundo o tipo de despesa, por faixas de renda familiar (em %). Brasil: 2003.

Tipos de despesas	Faixas de renda familiar mensal (em salários mínimos)									
	até 3 s.m.		mais de 3 a 10		mais de 10 a 30		mais de 30		Total	
Despesas de consumo	93,9	96,7	89,1	93,6	82,1	87,7	69,9	78,6	82,4	88,3
Despesas correntes	97,1	100,0	95,2	100,0	93,6	100,0	88,9	100,0	93,3	100,0
Despesa total	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Para todas as classes de renda familiar, a principal fonte de rendimento é a proveniente do trabalho (Tabela 2.8). Entre as famílias de menor renda (até 3 s.m.), entretanto, esta fonte tem uma participação bem menor na renda total (47%), aumentando em contrapartida a porcentagem das transferências (22%) e das rendas não-monetárias (29%). Dessa forma, as rendas não-monetárias – que não incluem pagamento em dinheiro, cheque ou cartão e são adquiridas por meio de produção própria, troca ou doação – constituem uma segunda fonte de renda muito importante para estas famílias. Por outro lado, entre as famílias da faixa superior (mais de 30 s.m.), as transferências (15,7%) aparecem em segundo lugar de importância na renda total e ganham expressão as outras rendas monetárias (12,6%).

Tabela 2.8 – Distribuição de todos os rendimentos conforme fontes de renda e faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Fontes de renda das famílias	Faixas de renda familiar mensal (em salários mínimos)				
	até 3 s.m.	mais de 3 a 10	mais de 10 a 30	mais de 30	Total
Renda do trabalho	47,4	62,2	67,3	58,8	62,0
Transferências	21,9	14,7	13,4	15,7	15,0
Renda de aluguel	0,4	0,9	2,1	2,7	1,8
Outras rendas monetárias	1,3	2,6	5,4	12,6	6,6
Renda não-monetária	29,0	19,6	11,8	10,2	14,6
Total da renda familiar	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Os rendimentos do trabalho, independentemente do estrato de renda familiar, estão associados de forma predominante a uma relação de emprego (Tabela 2.9). Porém, há uma participação relativamente maior de rendimentos de trabalhadores por conta-própria na faixa de menor renda familiar e, em contrapartida, é maior a participação da renda dos empregadores no estrato superior de renda familiar.

Tabela 2.9 – Distribuição dos rendimentos conforme posição na ocupação e faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Posição na ocupação	Faixas de renda familiar mensal (em salários mínimos)				
	até 3 s.m.	mais de 3 a 10	mais de 10 a 30	mais de 30	Total
Empregado	68,6	73,6	69,2	62,6	68,5
Empregador	0,6	2,9	11,2	22,5	11,7
Conta-própria	30,8	23,5	19,6	14,9	19,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

O peso dos itens que aparecem sob a forma de "transferências" – segunda principal fonte de renda das famílias – varia pouco para as famílias pertencentes aos três primeiros estratos de renda, que são a imensa maioria (Tabela 2.10). Destaca-se a maior importância da previdência pública: por exemplo, para as famílias com até 3 s.m., 80% das transferências correspondem às aposentadorias públicas, contra 67% no caso das famílias da faixa superior de renda, único estrato onde a previdência privada tem alguma importância (12%).

Tabela 2.10 – Distribuição dos rendimentos de transferências conforme faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Transferências	Faixas de renda familiar mensal (em salários mínimos)				
	até 3 s.m.	mais de 3 a 10	mais de 10 a 30	mais de 30	Total
Aposentadoria - Previdência Pública	80,2	78,8	78,5	66,7	74,9
Aposentadoria - Previdência Privada	0,3	1,7	3,5	11,7	5,4
Bolsa de estudo	0,1	0,4	0,7	6,2	2,3
Pensão alimentícia, mesada, doação	10,9	13,5	11,1	6,3	10,2
Transferência transitória	8,5	5,6	6,2	9,1	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Agora, devem ser examinados os diferenciais na composição do consumo por faixa de renda familiar mensal. Como mencionado, as despesas com habitação, alimentação e transporte são as que mais pesam no orçamento das famílias. A consideração das classes de rendimento familiar revela que, na faixa inferior de renda, o gasto com habitação pesa mais que nas classes superiores (39,3% na faixa até 3 s.m. contra 32,6% na faixa de mais de 30 s.m.). O segundo item de maior peso no consumo das famílias é a alimentação, mas, quando consideradas as classes de rendimento familiar, observa-se que isto ocorre somente para as duas classes de menor renda, pois nas duas classes de maior renda (acima de 10 s.m.) os gastos com transporte ultrapassam os com alimentação. Os gastos com alimentação e habitação respondem por 72,4% do total dos gastos na faixa de menor renda, enquanto na de maior renda esses dois itens respondem por menos de metade do orçamento familiar. Por sua vez, a assistência à saúde e a educação são itens que pesam relativamente mais nas faixas superiores de renda. Note-se que a educação é um dos itens que menos pesa no orçamento das famílias com renda até 3 s.m. (Tabela 2.11).

Tabela 2.11 – Distribuição das despesas de consumo conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de Despesa de Consumo	Faixas de renda familiar mensal (em salários mínimos)			
	até 3 s.m.	mais de 3 a 10	mais de 10 a 30	mais de 30
Habitação	39,3	37,8	33,8	32,6
Alimentação	33,1	25,0	17,3	12,9
Transporte	8,9	14,2	21,8	24,7
Assistência à saúde	4,7	5,8	6,8	8,0
Vestuário	5,9	6,4	5,6	4,6
Educação	1,0	2,1	5,3	7,0
Recreação e cultura	1,0	1,8	2,9	3,1
Higiene e cuidados pessoais	2,5	2,6	2,0	1,6
Serviços pessoais	0,7	0,9	1,1	1,2
Fumo	1,2	0,9	0,5	0,3
Despesas diversas	1,7	2,4	2,8	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Para evidenciar as diferenças na composição do consumo familiar, é interessante fazer uma análise para cada uma dessas despesas de consumo.

### 2.2.1. Despesas em Habitação

No período 2002-2003, as famílias com rendimentos até 3 s.m. (30,3% das famílias) eram responsáveis por 11,8% do total das despesas mensais em habitação. Estas famílias possuíam uma despesa média de R\$ 202,47 em habitação, enquanto entre as mais ricas (5,1%), com renda acima de 30 s.m., os gastos médios em habitação eram em torno de R\$ 1.987,85. Ou seja, as famílias mais ricas gastavam, em média, quase 10 vezes mais em habitação que as mais pobres (Tabela 2.12).

Tabela 2.12 – Despesa mensal familiar em Habitação, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Habitação			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	2,976	11,8	202,47	59,08
Mais de 3 a 10	9,312	36,9	420,47	113,64
Mais de 10 a 30	8,057	31,9	873,40	232,31
Mais de 30 s.m.	4,905	19,4	1.987,85	547,62
Total	25,250	100,0	520,22	143,50

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Tabela 2.13 – Distribuição das despesas em Habitação conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Habitação	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10	Mais de 10 a 30	Mais de 30 s.m.
Aluguel	46,3	47,4	48,4	44,7	44,2
Manutenção do lar	11,7	10,0	8,9	12,0	17,5
Energia elétrica	7,5	8,2	8,5	7,6	5,3
Eletrodomésticos	6,4	7,2	6,9	6,6	4,7
Mobiliários e artigos do lar	6,3	7,0	6,6	6,0	6,0
Telefone fixo	6,1	3,2	6,4	7,4	5,4
Gás doméstico	3,9	7,9	5,0	2,5	1,4
Outros	3,6	0,5	1,4	5,0	7,6
Água e esgoto	2,7	3,9	3,3	2,4	1,3
Artigos de limpeza	2,3	3,3	2,6	1,8	1,7
Telefone celular	2,2	0,5	1,3	2,7	3,9
Consertos artigos do lar	1,0	1,0	1,0	1,2	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

O grupo habitação engloba despesas com aluguel, serviços e taxas (luz, água, telefone, gás), manutenção do domicílio, artigos de limpeza, eletrodomésticos, móveis, entre outros (Tabela 2.13). Destaca-se neste grupo a participação do item aluguel, que representava 46,3% das despesas das famílias em habitação. Para aquelas com rendimento até 3 s.m., as despesas com aluguel representavam quase metade (47,4%) das despesas em habitação. De forma análoga, entre as famílias de maior poder aquisitivo, essa proporção era também a mais relevante (44,7%).

É importante destacar, também, o relativamente elevado peso dos gastos em energia elétrica, gás doméstico e água e esgoto (20%) pelas famílias de menor renda.

### 2.2.2. Despesas em Alimentação

A alimentação, como mencionado, ocupa o segundo lugar em ordem de importância nas despesas das famílias brasileiras. No período de pesquisa da POF, a faixa de menor renda era responsável por 17% das despesas em Alimentação. Estas famílias até 3 s.m. gastavam em média R\$ 170,29 em alimentação, ao passo que este gasto duplicava na faixa seguinte de renda (de 3 a 10 s.m.). As famílias consideradas mais ricas tinham um gasto médio de R\$ 788,70 por mês; ou seja, mais de 4 vezes o gasto da classe de menor renda (Tabela 2.14).

Tabela 2.14 – Despesa mensal familiar em Alimentação, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Alimentação			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	2,503	17,0	170,29	49,69
Mais de 3 a 10	6,174	41,8	278,80	75,35
Mais de 10 a 30	4,137	28,0	448,52	119,27
Mais de 30 s.m.	1,946	13,2	788,70	217,27
Total	14,760	100,0	304,12	83,89

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Uma análise mais detalhada revela que três quartos das despesas em alimentação eram gastos no próprio domicílio e um quarto fora do domicílio. Na classe de menor renda, os gastos com alimentação fora do domicílio eram reduzidos (13%), enquanto entre as famílias de renda superior a 10 s.m. um terço das despesas em alimentação era feito fora do domicílio. Ou seja, as famílias de maior poder aquisitivo gastavam para comer fora de casa quase o triplo do percentual das famílias de mais baixa renda (Tabela 2.15).

Tabela 2.15 – Distribuição das despesas em Alimentação conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Local da despesa em Alimentação	Classes de rendimento mensal familiar			
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.
Alimentação no domicílio	76,0	87,29	80,31	66,86
Alimentação fora do domicílio	24,0	12,71	19,69	33,14
Total	100,0	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Dos alimentos consumidos no próprio domicílio (Tabela 2.16), o grupo de carnes, vísceras e pescados era o que mais pesava nas despesas de alimentação das famílias (18,3%), seguido de leites e derivados (12%), panificados (11%) e cereais, leguminosas e oleaginosas (10%). Comparando as classes de rendimento mensal familiar utilizadas pela POF, verifica-se que as famílias da faixa acima de 10 s.m. gastavam mais em itens como frutas (5% contra 2,9% da faixa até 3 s.m.), leites e derivados (14% contra 9,2%) e bebidas (10,5% contra 5,9%). Já as famílias de menor renda gastavam relativamente mais com cereais, leguminosas e oleaginosas (16% contra 6,2% da faixa acima de 10 s.m.), aves e ovos (8,3% contra 5,9%) e óleos e gorduras (4,4% contra 2,6%).

Na alimentação fora do domicílio, o que sobressaía era o item almoço e jantar (41,8%), seguido de lanches (10,1%) e cervejas e chopes (13,9%). Comparando as classes de rendimento familiar até 3 s.m. e acima de 10 s.m. (Tabela 2.17), as diferenças mais significativas ficavam por conta do maior gasto relativo em almoço e jantar para as famílias de maior renda (48% contra 27%) e do maior gasto relativo em cervejas e chopes para as famílias de menor renda (20,6% contra 11,3%).

Tabela 2.16 – Distribuição das despesas em Alimentação no domicílio por tipos de despesa e por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Alimentação no domicílio	Classes de rendimento mensal familiar			
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.
Carnes, vísceras e pescados	18,3	18,4	18,7	17,8
Leites e derivados	11,9	9,2	11,5	14,0
Panificados	10,9	9,4	11,0	11,6
Cereais, leguminosas e oleaginosas	10,4	16,0	11,3	6,2
Bebidas e infusões	8,5	5,9	7,9	10,5
Aves e ovos	7,1	8,3	7,7	5,9
Açúcares e derivados	5,9	6,4	5,8	5,7
Farinhas, féculas e massas	5,7	8,3	5,7	4,4
Frutas	4,2	2,9	3,9	5,2
Outros	3,6	3,1	3,3	4,1
Óleos e gorduras	3,4	4,4	3,5	2,6
Legumes e verduras	3,0	2,7	3,0	3,0
Sal e condimentos	2,4	2,0	2,4	2,5
Alimentos preparados	2,4	1,1	1,7	3,8
Tubérculos e raízes	1,6	1,4	1,8	1,6
Enlatados e conservas	0,8	0,5	0,6	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Tabela 2.17 – Distribuição das despesas em Alimentação fora do domicílio por tipos de despesa e renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Alimentação fora do Domicílio	Classes de rendimento mensal familiar			
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.
Almoço e jantar	41,8	27,1	35,5	47,9
Café, leite, café c/ leite e chocolate	1,8	2,0	1,8	1,7
Sanduíches e salgados	10,1	11,2	10,6	9,7
Refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas	9,6	10,4	11,0	8,6
Lanches	15,8	17,9	16,8	14,9
Cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas	13,9	20,6	16,3	11,3
Outras	7,0	10,8	8,0	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

### 2.2.3. Despesas em Transporte

O grupo de despesas relativas ao Transporte era responsável por 18,4% dos gastos das famílias brasileiras e constitui o terceiro grupo mais importante no orçamento familiar. Esse dispêndio mensal correspondia a R\$ 13,1 bilhões (valor para janeiro de 2003), equivalendo a uma despesa média familiar de R\$ 270,16 (ou R\$ 74,52 por pessoa). Os gastos em transporte variam muito conforme a classe de renda familiar. Analisando as famílias dos dois extremos da distribuição, verifica-se que as do estrato de mais de 30 s.m. gastavam com transporte, em média, 33 vezes mais que as famílias com renda de até 3 s.m. (Tabela 2.18).

Tabela 2.18 – Despesa mensal familiar em Transporte, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa familiar em Transporte			
	Soma ( bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	0,676	5,2	46,01	13,42
Mais de 3 a 10	3,513	26,8	158,61	42,87
Mais de 10 a 30	5,209	39,7	564,73	150,21
Mais de 30 s.m.	3,714	28,3	1.505,24	414,67
Total	13,112	100,0	270,16	74,52

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Tabela 2.19 – Distribuição das despesas em Transporte conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Transporte	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10	Mais de 10 a 30	Mais de 30 s.m.
Aquisição de veículos	39,0	21,2	29,7	41,6	47,5
Gasolina - veículo próprio	19,4	11,2	18,4	21,1	19,7
Transporte urbano	15,7	46,4	27,5	11,2	5,1
Manutenção - veículo próprio	9,2	6,1	10,3	10,1	7,6
Viagens	8,5	10,4	7,5	7,5	10,5
Outras	6,1	3,2	4,0	6,9	7,6
Álcool - veículo próprio	2,1	1,4	2,7	1,8	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Boa parte das diferenças de gastos em transporte estava relacionada ao tipo de dispêndio realizado pelas famílias (Tabela 2.19). Entre as de mais alta renda, a maior concentração do gasto estava na aquisição de veículos (47,5%), enquanto entre as famílias mais pobres o que mais pesava era o gasto com transporte urbano (46,4%).

<sup>10</sup> É importante lembrar que a maioria dessas famílias utiliza exclusivamente o Sistema Único de Saúde, o que lhes permite um menor desembolso nos gastos neste quesito.

#### 2.2.4. Despesas em Assistência à Saúde

Os gastos em saúde participavam com 6,5% nas despesas totais das famílias brasileiras. Isto representava um montante de R\$ 4,6 bilhões (janeiro de 2003), o que equivalia a R\$ 95,14 por família (e R\$ 26,14 por pessoa). Porém, esses gastos variavam muito conforme os diferentes níveis de rendimento das famílias. Entre as famílias mais pobres, o gasto médio era de R\$ 64,42;<sup>10</sup> ao passo que entre as famílias mais ricas a média era de R\$ 489,94. Ou seja, as famílias mais ricas gastavam 20 vezes mais em saúde que as mais pobres (Tabela 2.20).

Tabela 2.20 – Despesa mensal familiar em Assistência à Saúde, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Assistência à Saúde			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3	0,354	7,7	24,10	7,03
Mais de 3 a 10	1,427	30,9	64,42	17,41
Mais de 10 a 30	1,628	35,2	176,49	46,94
Mais de 30	1,209	26,2	489,94	134,97
Total	4,618	100,0	95,14	26,24

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

O gasto das famílias estava concentrado em remédios (40,6%), planos de saúde (28,2%) e consultas e tratamento dentário (10%). Mas, a importância desses gastos variava com o nível de renda das famílias (Tabela 2.21). Entre as famílias mais pobres, o gasto estava concentrado em medicamentos (71,7%). À medida que aumenta o nível de renda familiar, diminui o peso dos remédios e aumenta a porcentagem dos gastos com planos e seguros de saúde. Assim, nas famílias de mais alta renda, os gastos com remédios representavam 23,7% e os planos de saúde 37,2%. Entre as famílias de maior poder aquisitivo, os gastos com tratamento dentário e serviços de cirurgia também tinham um peso significativo.

Tabela 2.21 – Distribuição das despesas em Assistência à Saúde conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Assistência à Saúde	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3	Mais de 3 a 10	Mais de 10 a 30	Mais de 30
Remédios	40,6	71,7	53,0	35,4	23,7
Plano/Seguro saúde	28,2	6,2	18,1	35,2	37,2
Consulta e tratamento dentário	10,1	4,6	8,6	11,1	12,2
Consulta médica	5,4	5,7	6,3	5,5	3,9
Material de tratamento	5,2	4,6	5,0	5,0	5,8
Serviços de cirurgia	4,4	0,6	2,0	2,1	11,6
Exames diversos	3,0	4,1	4,1	3,0	1,6
Tratamento ambulatorial	1,1	0,4	0,8	1,0	1,8
Hospitalização	1,1	0,5	1,0	1,0	1,5
Outras	0,9	1,7	1,1	0,6	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

### 2.2.5. Despesas em Vestuário

As despesas com vestuário (5,7%) ocupam o quinto lugar no *ranking* de despesas das famílias brasileiras. Esse tipo de gasto foi estimado em R\$ 4 bilhões para janeiro de 2003, o que equivalia a um gasto médio mensal de R\$ 83,21 por família (ou R\$ 22,95 por pessoa). O gasto das famílias de alta renda era bastante superior ao das de menor renda. De fato, enquanto as famílias com rendimento superior a 30 s.m. gastavam, em média, R\$ 279,76 por mês, as de menor renda gastavam apenas R\$ 30,24. Ou seja, as famílias da classe superior gastavam cerca de 9 vezes mais em vestuário que as famílias com renda até 3 s.m. (Tabela 2.22).

Entre as famílias de mais alta renda, os gastos em vestuário concentravam-se em roupas de mulher (33,1%), roupas de homens (24,6%) e calçados e apetrechos (22,7%). Entre as famílias de menor renda, os gastos em calçados e apetrechos ocupavam o primeiro lugar (26%), seguido por gastos em roupas femininas e masculinas (25,3% e 24%, respectivamente). Entre as famílias de menor renda, os gastos com roupas de crianças tinham um peso significativo (18,9%). Já entre as famílias de maior poder aquisitivo, destacava-se o elevado peso dos gastos em roupas de mulher (Tabela 2.23).

Tabela 2.22 – Despesa mensal familiar em Vestuário, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Vestuário			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	0,444	11,0	30,24	8,82
Mais de 3 a 10	1,574	39,0	71,06	19,20
Mais de 10 a 30	1,330	32,9	144,18	38,35
Mais de 30 s.m.	0,690	17,1	279,76	77,07
Total	4,038	100,0	83,21	22,95

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Tabela 2.23 – Distribuição das despesas em Vestuário conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Vestuário	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10 s.m.	Mais de 10 a 30 s.m.	Mais de 30 s.m.
Roupa de homem	25,4	24,0	24,9	26,8	24,6
Calçados e apetrechos	25,2	26,0	26,0	25,1	22,7
Roupa de criança	14,6	18,9	16,5	13,3	10,1
Jóias e bijuterias	5,3	3,9	4,3	5,7	7,8
Tecidos e armarinhos	1,7	1,9	1,8	1,4	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

### 2.2.6. Despesas em Educação

Os gastos das famílias em Educação representavam 4,1% das despesas de consumo em 2002-2003, um valor mensal estimado em R\$ 2,9 bilhões (Tabela 2.24). Essa participação relativamente baixa dos gastos em educação na estrutura de gastos das famílias pode ser atribuída à participação do setor público na provisão dos serviços de educação, principalmente para as famílias de menor renda. De fato, é possível observar que os gastos com educação eram maiores nas famílias com rendimentos mais elevados. Assim, as famílias de mais alta renda gastavam, em média, R\$ 426,45 por mês em educação, enquanto as famílias de menor renda gastavam, em média, apenas R\$ 5,10. Ou seja, as famílias de mais alta renda gastavam 84 vezes mais em educação que as famílias de menor renda.

Tabela 2.24 – Despesa mensal familiar em Educação, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Educação			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	0,075	2,6	5,10	1,49
Mais de 3 a 10	0,523	18,0	23,61	6,38
Mais de 10 a 30	1,255	43,2	136,06	36,19
Mais de 30 s.m.	1,052	36,2	426,45	117,48
Total	2,905	100,0	59,86	16,51

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

O fato das famílias de maior renda gastarem um percentual maior em educação está relacionado à natureza do ensino frequentado pelos filhos. As famílias com maior poder aquisitivo tendem a colocar seus filhos no ensino privado por considerarem as escolas particulares melhores que as do ensino público (Castro e Vaz, 2007, p. 86). Conforme a POF, as famílias com rendimentos acima de 30 s.m. tinham uma concentração dos gastos em educação nos itens curso superior e cursos regulares (ambos somam 72,7% dos gastos). Já entre as famílias de menor renda, o que mais pesa no orçamento eram os gastos com artigos escolares (40%), que pesavam pouco entre as famílias de maior renda (Tabela 2.25).

Tabela 2.25 – Distribuição das despesas em Educação conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil 2003.

Tipos de despesa em Educação	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10	Mais de 10 a 30	Mais de 30 s.m.
Curso superior	33,4	6,1	23,2	36,6	36,5
Cursos regulares	29,7	11,4	22,4	29,2	35,2
Outros cursos	18,8	13,4	19,6	18,8	18,9
Artigos escolares	6,9	40,0	15,7	5,0	2,5
Outras	6,6	14,6	11,3	6,5	3,9
Livros didáticos e revistas técnicas	4,5	14,5	7,8	3,8	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

### 2.2.7. Despesas em Recreação e Cultura

Os gastos com recreação e cultura representavam somente 2,4% dos gastos das famílias, o que equivalia a R\$ 1,7 bilhão (Tabela 2.26). As diferenças no montante dos gastos mensais conforme as classes de renda também eram evidentes. Enquanto as famílias de maior poder aquisitivo gastavam, em média, R\$ 188,41 por mês, as de menor renda gastavam somente R\$ 5,19. Ou seja, as famílias mais ricas gastavam em média 36 vezes mais em recreação e cultura que as famílias com menor poder aquisitivo.

Tabela 2.26 – Despesa mensal familiar em Recreação e Cultura, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Recreação e Cultura			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
Até 3 s.m.	0,076	4,5	5,19	1,52
Mais de 3 a 10	0,456	26,9	20,59	5,57
Mais de 10 a 30	0,699	41,2	75,78	20,16
Mais de 30 s.m.	0,465	27,4	188,41	51,90
Total	1,696	100,0	34,95	9,64

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Tabela 2.27 - Distribuição das despesas em Recreação e Cultura conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Recreação e Cultura	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10	Mais de 10 a 30	Mais de 30 s.m.
Diversões e esportes	53,6	51,6	50,5	54,9	55,1
Periódicos, livros e revistas	16,6	10,1	13,6	17,2	19,8
Brinquedos e jogos	13,4	21,3	17,1	12,0	10,4
Celular e acessórios	11,0	12,3	13,9	10,3	9,0
Outras	5,4	4,8	4,9	5,5	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

A maior concentração dos gastos em Recreação e Cultura estava em diversões e esporte, independentemente do nível de renda das famílias (Tabela 2.27). As diferenças entre as classes de renda apareciam no elevado peso do gasto em brinquedos e jogos efetuado pelas famílias de menor renda (21,3%, contra 10,4% entre as de maior renda); e, em contrapartida, na maior proporção de gastos com periódicos, livros e revista (19,8%) pelas famílias de maior renda (contra somente 10,1% das famílias de menor renda).

### 2.2.8. Despesas em Higiene e Cuidado Pessoal

Os gastos referentes ao grupo Higiene e Cuidado Pessoal tinham um peso semelhante ao de Recreação e Cultura (2,2%). Esse gasto mensal correspondia a R\$ 1,5 bilhão, na época, equivalendo a R\$ 31,80 por família (ou R\$ 8,77 por pessoa). As diferenças entre as famílias dos dois extremos da distribuição de rendimentos eram expressivas: gasto médio de R\$ 13,06 por família entre as de menor renda, contra R\$ 96,06 entre as de maior renda (Tabela 2.28).

Tabela 2.28 – Despesa mensal familiar em Higiene e Cuidado Pessoal, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Higiene e Cuidado Pessoal			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	0,192	12,4	13,06	3,81
Mais de 3 a 10	0,637	41,3	28,75	7,77
Mais de 10 a 30	0,478	31,0	51,80	13,78
Mais de 30 s.m.	0,237	15,3	96,06	26,46
Total	1,544	100,0	31,80	8,77

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Tabela 2.29 - Distribuição das despesas em Higiene e Cuidado Pessoal por tipos de despesa e faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Higiene e Cuidado Pessoal	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10	Mais de 10 a 30	Mais de 30 s.m.
Instrumentos e produtos de uso pessoal	46,3	43,7	45,6	46,0	51,1
Perfume	36,3	37,2	36,1	37,9	33,0
Produtos para cabelo	10,5	10,4	10,9	9,8	10,7
Sabonete	6,9	8,7	7,4	6,4	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Os tipos de despesa em Higiene e Cuidado Pessoal apresentavam algumas diferenças por níveis de renda. Entre as famílias de maior poder aquisitivo, os gastos com instrumentos e produtos de uso pessoal eram relativamente maiores (51,1%) que entre as famílias de menor renda (43,7%), mas para ambos os extratos de renda familiar tais gastos apareciam em primeiro lugar de importância neste quesito (Tabela 2.29).

### 2.2.9. Despesas em Serviços Pessoais

Os Serviços Pessoais representavam muito pouco no total das despesas familiares (1%), correspondendo a somente R\$ 72 milhões mensais, no período pesquisado pela POF. As famílias de mais alta renda gastavam neste quesito uma média de R\$ 70,32 por mês, enquanto as mais pobres só gastavam R\$ 3,62 por família (Tabela 2.30).

Tabela 2.30 – Despesa mensal familiar em Serviços Pessoais, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Serviços Pessoais			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	0,053	7,4	3,62	1,06
Mais de 3 a 10	0,224	31,1	10,13	2,74
Mais de 10 a 30	0,270	37,5	29,24	7,78
Mais de 30 s.m.	0,173	24,0	70,32	19,37
Total	0,720	100,0	14,85	4,10

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Tabela 2.31 - Distribuição das despesas em Serviços Pessoais conforme tipos de despesa por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Tipos de despesa em Serviços Pessoais	Classes de rendimento mensal familiar				
	Total	Até 3 s.m.	Mais de 3 a 10	Mais de 10 a 30	Mais de 30 s.m.
Cabeleireiro	62,0	73,7	69,3	60,7	51,0
Manicuro e pedicuro	19,0	9,2	16,1	21,2	22,5
Outras	15,6	14,5	11,5	15,3	21,8
Consertos de artigos pessoais	3,4	2,7	3,2	2,8	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

Entre as famílias pertencentes à classe de menor renda, a concentração (73,7%) dos gastos mensais em Serviços Pessoais ficava por conta das despesas com cabeleireiro (Tabela 2.31). Entre as famílias de maior renda os gastos se concentravam em cabeleireiro (51%) e em manicuro e pedicuro (22,5%).

### 2.2.10. Despesas Diversas

Há uma gama de despesas que abrangem gastos com serviços profissionais, cerimônia e festas, imóveis de uso ocasional, jogos e apostas, comunicação, entre outras, as quais representavam 2,8% dos gastos mensais das famílias, equivalendo a uma despesa total de quase R\$ 2 bilhões na época da POF (o que correspondia a R\$ 40,81 por família e R\$ 11,26 por pessoa). Novamente, as diferenças por classes de renda eram imensas: as famílias de maior poder aquisitivo gastavam, em média, 28 vezes mais neste tipo de despesas que as famílias de menor renda (Tabela 2.32). Deve-se mencionar que, entre as famílias da faixa de mais alta renda, havia maior porcentagem de gastos em serviços profissionais (40%); e nas famílias de menor renda pesavam mais os gastos com comunicação (24%).

Tabela 2.32 – Despesa mensal familiar em Despesas Diversas, por faixas de renda familiar. Brasil: 2003.

Classes de renda familiar em salários mínimos	Despesa mensal familiar em Serviços Pessoais			
	Soma (bilhões de R\$)	Distribuição (%)	Despesa média por família	Despesa média por pessoa
até 3 s.m.	0,128	6,5	8,73	2,55
Mais de 3 a 10	0,596	30,1	26,89	7,27
Mais de 10 a 30	0,657	33,2	71,25	18,95
Mais de 30 s.m.	0,599	30,2	242,95	66,93
Total	1,980	100,0	40,81	11,26

Fonte: IBGE. POF 2002-2003.

É importante, por fim, acrescentar que o gasto mensal com Fumo situava-se em torno de R\$ 500 milhões, o que correspondia a cerca de 0,7% do total das despesas das famílias. Isto significava um gasto de R\$ 10,20 por família ou R\$ 2,81 por pessoa. As famílias de mais alta renda gastavam, em média, R\$ 20,08 neste quesito, enquanto as mais pobres gastavam em torno de R\$ 5,94.

### 3. ESTRATOS DE RENDA FAMILIAR E PERFIL OCUPACIONAL

#### 3.1. Distribuição das Famílias por Estrato de Renda (2004–2007)

O exame das diferenças de composição das despesas de consumo de famílias com diferentes níveis de renda permitiu identificar quatro estratos de renda a partir dos dados da POF de 2002–2003. Em comparação com o salário mínimo vigente, os limites dos estratos de renda foram 3, 10 e 30 salários mínimos. Globalmente, as diferenças de composição nas despesas de consumo indicaram que, conforme aumenta o nível de renda da família, tende a haver um declínio relativo das despesas com habitação e alimentação; e, em contrapartida, uma elevação relativa das despesas com transporte, assistência à saúde, educação, recreação e cultura e serviços pessoais.

Para examinar os efeitos da evolução do emprego e da renda do trabalho sobre a distribuição de renda das famílias e o nível de consumo da população, é preciso primeiro compatibilizar as fontes de dados: as informações referentes ao consumo são da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e as referentes ao emprego e renda do trabalho são da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD). A principal dificuldade decorre da constatação de que o nível de renda familiar é captado de modo diferente nas duas pesquisas, sendo bastante maior nos levantamentos baseados no orçamento familiar (Paes de Barros, Cury e Ulyseia, 2007). Não obstante, é possível contornar essa dificuldade por meio da comparação dos conceitos de renda familiar das duas pesquisas e da análise da distribuição de frequências das famílias por nível de renda, o que permite identificar uma estratificação das famílias com dados da PNAD-2002 equivalente à construída a partir das informações da POF 2002–2003.

A POF capta muito melhor do que a PNAD o nível de renda das famílias, inclusive a renda do trabalho (inclui retirada de FGTS, auxílio transporte e alimentação, 13º salário, abono de férias, participação em lucros e resultados, comissões, horas extras etc.). Por outro lado, os dados da POF têm por referência o mês de janeiro de 2003 e os da PNAD, outubro de 2002 (e, neste momento, a inflação no Brasil esteve particularmente alta, com o INPC apontando 8,8% de aumento médio dos preços, entre esses dois meses).

Para tornar comparáveis os dados de renda familiar da POF e da PNAD, as rendas das famílias captadas pela PNAD foram inflacionadas em 8,8% para colocá-las em poder de compra de janeiro de 2003. A soma de renda de todas as famílias ainda é muito menor na PNAD, equivalendo a 69,5% da apontada pela POF (R\$ 60,362 bilhões por mês e R\$ 86,860 bilhões, respectivamente). Procedeu-se então à correção, por esta proporção (0,695), dos limites de renda familiar definidos para a POF, de modo a possibilitar o uso da PNAD. Assim, foi obtida uma distribuição das famílias, por estrato de renda, muito parecida com a indicada pelos dados da POF para janeiro de 2003 (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Distribuição das famílias por estratos de renda: comparação entre POF e PNAD. Brasil: Janeiro de 2003.

Estratos de renda (em R\$)		Famílias (%)	
POF	PNAD	POF	PNAD
Até 600	Até 400	30,3	31,0
Mais de 600 a 2000	Mais de 400 a 1400	45,7	46,6
Mais de 2000 a 6000	Mais de 1400 a 4200	19,0	17,5
Mais de 6000	Mais de 4200	5,1	4,9
Total	Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE, POF e PNAD.

Na PNAD, por causa de suas deficiências na captação da renda das famílias, os limites dos estratos de renda são 2, 7 e 21 salários mínimos (de janeiro de 2003) e não 3, 10 e 30 salários mínimos, como estabelecido para a POF. Supõe-se que as diferenças na composição média do consumo das famílias dos diferentes estratos de renda, agora definidos para a PNAD, devem ser semelhantes às verificadas com as informações da POF.

A ampliação do crédito nos últimos anos deve ter alterado a estrutura de consumo das famílias de diferentes níveis de renda. Contudo, o estudo dessas mudanças deverá aguardar a publicação da próxima POF (2007-2008). O que se pode analisar, neste momento, são as diferenças de consumo por nível de renda familiar antes da retomada do crédito, identificadas pela POF 2002-2003. Com base neste conhecimento, podem-se inferir possíveis efeitos sobre o consumo, decorrentes do aumento na renda das famílias em razão da elevação do emprego e dos rendimentos do trabalho, entre 2004 e 2007.

Para realizar esta análise, foi projetado o valor dos limites dos estratos de renda da PNAD para as datas de referência – 2004 e 2007 – utilizando o INPC. Em seguida, foram verificadas as mudanças na distribuição das famílias e das pessoas por estrato de renda familiar (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 – Distribuição das famílias e das pessoas por estrutura de renda familiar. Brasil: 2004 e 2007.

Estratos de renda (R\$)		Famílias (%)		Pessoas (%)	
PNAD – 2004	PNAD – 2007	2004	2007	2004	2007
Até 460	Até 520	31,9	26,2	29,9	23,8
460 a 1.610	520 a 1.820	48,0	49,0	49,1	49,9
1.610 a 4.820	1.820 a 5.460	16,1	20,0	16,9	21,3
Mais de 4.820	Mais de 5.460	4,0	4,8	4,1	5,0
Total	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-PNAD.

A distribuição das famílias por estrato de renda, em 2004, é parecida com a de 2002. Apenas são um pouco maiores as proporções de famílias nos dois estratos de menor renda. A retomada do crescimento da economia brasileira e seus efeitos sobre o emprego e a renda do trabalho, desde 2004, diminuíram substancialmente a porcentagem de famílias e de pessoas no estrato de menor renda, aumentando principalmente a fração de famílias e de pessoas no terceiro estrato de renda, que na PNAD-2007 situa-se entre mais de 4,8 s.m. e 14,4 s.m. (na POF equivale à faixa de 10 a 30 salários mínimos de 2002, ou 6,8 a 20,5 salários mínimos de 2007). Apesar da expressiva mudança na distribuição das famílias e das pessoas por estrato de renda em apenas três anos, 26,2% das famílias e 23,8% das pessoas permanecem no estrato com renda menor do que 1,4 salário mínimo; e metade das pessoas e das famílias situa-se na faixa de renda de 1,4 a 4,8 salários mínimos.

A retomada do crescimento da economia e seus efeitos sobre emprego e renda do trabalho não modificaram substancialmente a porcentagem das famílias que têm pelo menos um trabalhador remunerado (83%); e para essas famílias com trabalhador remunerado também praticamente não se modificou a proporção (85%) de renda do trabalho na renda familiar total (Tabela 3.3). Porém, a quantidade de famílias e de pessoas situadas no primeiro estrato de renda diminuiu entre 2004 e 2007. Entre essas famílias de renda mais baixa é menor a porcentagem que têm pelo menos um trabalhador remunerado e esta porcentagem diminuiu com a redução do número de famílias nesse estrato de renda. Em grande medida, os membros dessas famílias que continuaram neste estrato de renda muito baixa têm maiores dificuldades de conseguir um trabalho remunerado. A proporção dessas famílias do primeiro estrato de renda, sem pelo menos um trabalhador remunerado, aumentou de 30,1% para 36,2%. Nos demais estratos, essa proporção não se modificou e situa-se entre 6,3% e 12,7%.

Tabela 3.3 – Famílias com pelo menos um trabalhador remunerado e participação da renda do trabalho na renda total dessas famílias. Brasil: 2004 e 2007.

Classes de renda familiar em salários mínimos de 2007	% de famílias com pelo menos um trabalhador		% da renda do trabalho	
	2004	2007	2004	2007
Até 1,4	69,9	63,8	86,5	88,7
1,4 a 4,8	87,6	87,3	84,5	83,5
4,8 a 14,4	92,3	93,3	84,1	84,6
mais de 14,4	92,1	93,7	84,4	84,7
Total	82,9	82,7	84,4	85,5

Fonte: IBGE-PNAD.

Para as famílias do primeiro estrato de renda que têm pelo menos um trabalhador remunerado, o peso da renda do trabalho na renda familiar total aumentou ligeiramente (de 86,5% para 88,7%). O deslocamento de famílias deste para outro estrato de renda – provavelmente o de renda imediatamente superior – não alterou significativamente a fração das famílias com pelo menos um trabalhador remunerado, nem o peso da renda do trabalho na renda total das famílias que continuaram no estrato de renda inferior. A evolução favorável do emprego e da renda do trabalho, com a retomada do crescimento da economia, simplesmente aumentou a renda das famílias que têm trabalhadores remunerados.

A diminuição do número de famílias de estrato inferior de renda e o aumento da proporção de famílias principalmente do terceiro estrato de renda resultam de um aumento generalizado da renda das famílias, sendo que o aumento da renda média geral das famílias foi muito maior do que o das rendas médias dos estratos definidos (Tabela 3.4). O estrato de renda que teve o maior aumento de renda média foi o de até 1,4 s.m., e a renda média do terceiro estrato foi a única que não aumentou, sendo praticamente a mesma em 2004 e 2007. A enorme diferença de renda média entre os estratos fez o deslocamento de famílias para estratos de renda maior amortecer o aumento de renda média, mas a elevação expressiva da renda média do estrato inferior ocorreu apesar da saída das famílias melhor posicionadas desse estrato de renda em 2004. Esse aumento de renda média das famílias com menor renda ocorreu com aumento da fração delas que não tem nenhum trabalhador e o aumento simultâneo do peso da renda do trabalho no total da renda das famílias desse estrato que têm pelo menos um trabalhador. Isso indica que no aumento da renda média dessas famílias de mais baixa renda pesaram dois mecanismos diferentes: de um lado, os esquemas de transferências de renda, que permitiram aumentar a renda das famílias que não têm trabalhador remunerado; de outro lado, a elevação das rendas do trabalho, que não somente ajudou a deslocar famílias para outros estratos de renda, mas também ampliou a parcela da renda do trabalho na renda total das famílias do primeiro estrato que têm pelo menos um trabalhador remunerado.

As diferenças de renda entre as famílias continuam muito grandes, mas ocorreu uma pequena diminuição entre 2004 e 2007, com as diferenças absolutas aumentando menos do que a média geral, o que diminuiu o índice de Gini de 0,519 em 2004 para 0,502 em 2007. Como a renda média das famílias aumentou 16,05%, a média das diferenças absolutas de renda aumentou 12,24%. A redução das diferenças de renda média dos estratos (relativamente à média geral) fez parte dessa diminuição geral das diferenças relativas de renda familiar entre 2004 e 2007, com o coeficiente de variação das rendas médias dos estratos passando de 1,315 para 1,245 – consequência de um aumento do desvio padrão dessas rendas médias dos estratos (9,83%) menor do que o aumento da renda média geral (16,05%).

Tabela 3.4 – Distribuição da renda entre as famílias. Brasil: 2004 e 2007.

Classes de renda familiar em salários mínimos de 2007	% Famílias		% renda das famílias		Renda média	
	2004	2007	2004	2007	Variação	Taxa anual
Até 1,4	31,9	26,2	6,5	4,9	7,74	2,52
1,4 a 4,8	48,0	49,0	33,3	30,8	5,04	1,65
4,8 a 14,4	16,1	20,0	33,4	35,7	-0,47	-0,16
mais de 14,4	4,0	4,8	26,8	28,6	3,60	1,19
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	16,05	5,09

Fonte: IBGE-PNAD

Essa elevação geral da renda das famílias, com redução relativa nas diferenças entre elas, ocorreu em meio a um intenso aumento do número total de famílias. Entre 2004–2007, o número de famílias no país aumentou no ritmo de 2,25% ao ano, para um crescimento da população de 1,3%. Esses números implicam na redução do tamanho médio das famílias, que de fato diminuiu de 3,24 para 3,15 pessoas por família. O aumento do número de famílias e a diminuição do tamanho médio sinalizam a continuidade, no período examinado, de tendências sociodemográficas já conhecidas – não apenas de redução do número de filhos, mas também de aumento da frequência de famílias com apenas um dos pais e de famílias formadas por somente uma pessoa.

As mudanças na distribuição de renda das famílias significaram uma diminuição de 12,2% no número de famílias do estrato de menor renda, um aumento de 9,0% no segundo estrato, um aumento de 33,2% no terceiro estrato e também um aumento de 27,9% no estrato de maior renda. Como a família é a unidade que decide sobre o consumo e como os padrões de consumo são muito diferentes por estratos de renda, esse crescimento diferenciado do número de famílias, por estrato de renda, tem repercussões importantes para a evolução do consumo.

Não se pretende extrapolar, de forma detalhada, a evolução e as diferenças de consumo por nível de renda familiar no período 2004–2007 – embora estejam sendo destacados os efeitos do aumento da renda sobre a evolução do consumo das famílias –, mas é muito provável que o aumento desproporcional dos números de famílias nos dois estratos de renda superior tenha ajudado a ampliar, também desproporcionalmente, as compras de bens e serviços relacionados com transporte, assistência à saúde, educação, recreação e cultura e serviços pessoais, comparativamente aos aumentos (que também devem ter sido bastante intensos, mas em ritmo inferior) das compras de bens e serviços relacionados com habitação, alimentação, vestuário, higiene e cuidados pessoais e fumo.

<sup>11</sup> O presente raciocínio a respeito das despesas monetárias com itens do consumo das famílias supõe, obviamente, que não houve alteração significativa nos preços relativos praticados na economia brasileira.

Dentro de cada uma das categorias de despesas de consumo identificadas pela POF, as modificações na distribuição de renda no período 2003–2007 devem ter impactado diferenciadamente na demanda pelos principais produtos. Cabe aqui apenas mencionar alguns desses impactos mais prováveis. Por exemplo, em habitação, é possível que tenha havido um crescimento relativamente mais intenso da demanda por produtos para a manutenção da habitação e por telefone celular e fixo, do que das despesas com aluguel, energia elétrica, gás, água e esgoto, eletrodomésticos, mobiliário, artigos do lar e artigos de limpeza, que pesam mais nas despesas de habitação dos estratos de renda menor.

Em alimentação, é possível que tenha crescido muito as despesas realizadas fora do domicílio, que pesa muito mais no gasto com alimentação dos dois estratos de maior renda. Dentro da alimentação no domicílio, podem ter crescido relativamente mais as compras de leite e derivados, bebidas e infusões, frutas, legumes e verduras, alimentos preparados, enlatados e conservas, comparativamente aos itens que pesam mais nas despesas de alimentação no domicílio de famílias dos dois estratos de renda menor, tais como: consumo de carnes, panificados, açúcar e derivados, e principalmente em relação a cereais, aves e ovos, farinhas, óleos e gorduras.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado às demais categorias de consumo<sup>11</sup>. Em despesas de transporte, devem ter crescido mais as despesas referentes à aquisição de veículos e combustíveis (gasolina e álcool) – e não tanto os gastos com transporte coletivo urbano. Em assistência à saúde, podem ter aumentado mais as despesas com planos e seguros de saúde, consulta e tratamento dentário, serviços de cirurgia – e não tanto as com remédios e consultas médicas. Em educação, podem ter crescido mais as despesas com cursos regulares, principalmente, os de nível superior – e não tanto as despesas com material escolar e livros didáticos. Em recreação e cultura, as despesas com periódicos, livros e revistas, diversão e esportes podem ter crescido mais do que com brinquedos e jogos, celulares e acessórios. Finalmente, em serviços pessoais, as despesas com manicuro e pedicuro podem ter crescido mais do que as com cabeleireiro, pois elas têm pesos diferentes no orçamento dos distintos estratos de renda familiar, conforme o nível de renda.

As diferenças apontadas referem-se ao ritmo de crescimento dos diferentes tipos de produtos comprados para o consumo, num quadro geral de intenso aumento do consumo, destacando-se a sinergia do consumo com o mercado de trabalho. O aumento de emprego e renda do trabalho teve um papel fundamental para a elevação das rendas das famílias e a formalização dos contratos garantiu uma série de benefícios indiretos, tendo também facilitado o acesso ao crédito.

### 3.2. Perfil Ocupacional por Estrato de Renda Familiar

O aumento da renda das famílias e o acesso ao crédito possibilitaram a ampliação e a diversificação do consumo, destacando-se a intensidade do crescimento da demanda de bens e serviços relacionados a transporte, assistência à saúde, educação, recreação e cultura e serviços pessoais. O aumento desproporcional da demanda por esses produtos tem implicações para o crescimento do emprego por tipo de ocupação, destacando-se a também maior intensidade do crescimento do número de pessoas absorvidas em ocupações técnicas e de direção, bem como de profissões de nível superior, embora também tenha sido muito intenso o aumento do número de pessoas ocupadas na vendas de produtos, em ocupações manuais da produção de bens ou em serviço de manutenção, assim como em serviços de apoio administrativo, muito mais do que em ocupações de prestações de serviços, tendo diminuído a absorção de pessoas em ocupações manuais agrícolas.

Essas alterações de composição na forma de inserção das pessoas por tipo de ocupação gerada pela dinâmica da economia aparecem mais na distribuição dos ocupados por estrato de renda do que por meio de modificações no perfil ocupacional dos trabalhadores das famílias de cada estrato de renda. As modificações na distribuição das pessoas ocupadas por estrato de renda acompanharam as mudanças na própria distribuição das famílias por estrato. Para o total das pessoas ocupadas, a participação das que são membros de famílias do estrato de menor renda diminuiu de 19,9% para 14,1%, enquanto a do segundo estrato de renda caiu de 52,5% para 51,3%, tendo aumentado as participações dos outros dois estratos de renda mais alta (o terceiro de 22,1% para 27,9% e o do quarto de 5,5% para 6,7%). Modificações um pouco mais expressivas no perfil ocupacional de cada estrato de renda ocorreram apenas nos dois de renda superior. No terceiro estrato, aumentou o peso dos trabalhadores manuais na produção de bens e serviços de manutenção e na prestação de serviços, com redução na participação de dirigentes, profissionais de nível superior, técnicos de nível médio, pessoal das forças armadas e pessoal do serviço de apoio administrativo. Já na faixa de maior renda, aumentou a participação dos técnicos de nível médio e das ocupações manuais da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, reduzindo ligeiramente a predominância nesse estrato dos cargos de direção e de nível superior. Cabe observar que uma parte expressiva desses grupos ocupacionais – cujo peso aumentou no estrato superior de renda – não tem uma relação de emprego assalariado, mas é proprietário de pequenos negócios que proporcionam uma renda relativamente alta.

De fato, foram poucas as alterações no perfil dos trabalhadores de cada um dos quatro estratos de renda familiar. Nas famílias de menor renda (até 1,4 s.m.), os trabalhadores têm ocupações de prestação de serviços e de trabalho manual agrícola e não agrícola ou são vendedores (Tabela 3.5). A distribuição segundo a posição na ocupação indica uma grande variedade de situações. Muitos são empregados sem carteira ou trabalham por conta-própria, mas também são membros de famílias de baixa renda os empregados formais de ocupações de prestação de serviços e ocupados em trabalhos manuais agrícolas.

Tabela 3.5 – Perfil ocupacional dos trabalhadores das famílias com renda até 1,4 s.m. (valor de 2007). Brasil: 2004 e 2007 (em %).

Grupo Ocupacional / Posição na Ocupação	2004	2007
Serviço / Empregado sem carteira	16,8	16,6
Agrícola / Conta-própria	14,4	13,0
Agrícola / Empregado sem carteira	11,2	11,4
Manual / Conta-própria	8,9	9,7
Serviço / Empregado formal	8,2	9,1
Manual / Empregado sem carteira	8,0	8,0
Manual / Empregado formal	6,3	6,4
Vendas / Conta-própria	5,9	5,8
Serviço / Conta-própria	4,8	4,1
Agrícola / Empregado formal	3,0	3,2
Vendas / Empregado sem carteira	2,4	2,3
Serviço Administrativo / Empregado formal	2,2	2,3
Sub total	92,1	91,9

Fonte: IBGE-PNAD.

Tabela 3.6 – Perfil ocupacional dos trabalhadores das famílias com renda entre 1,4 e 4,8 s.m. (valores de 2007).  
Brasil: 2004 e 2007 (em %).

Grupo Ocupacional / Posição na Ocupação	2004	2007
Manual / Empregado formal	14,7	14,9
Serviço / Empregado formal	11,4	12,4
Serviço / Empregado sem carteira	10,1	10,7
Manual / Conta-própria	8,5	8,8
Manual / Empregado sem carteira	6,7	6,3
Serv. Administrativo / Empregado formal	6,7	6,7
Agrícola / Conta-própria	5,3	4,9
Vendas / Conta-própria	5,0	4,9
Agrícola / Empregado sem carteira	4,0	3,9
Técnico / Empregado formal	4,0	4,0
Venda / Empregado formal	3,7	3,9
Serviço / Conta-própria	3,0	3,0
Agrícola / Empregado formal	2,4	2,7
Vendas / Empregado sem carteira	2,0	1,9
Subtotal	88,0	89,0

Fonte: IBGE-PNAD

Os trabalhadores das famílias do segundo estrato de renda (mais de 1,4 até 4,8 salários mínimos) também exercem predominantemente ocupações de prestação de serviços, trabalhos manuais agrícolas e não agrícolas ou são vendedores, embora já se note neste estrato de renda uma presença mais expressiva de ocupações de serviço administrativo e mesmo de técnicos de nível médio (Tabela 3.6). Além disso, nota-se uma maior presença de empregos formais, embora também ocorram com muita frequência as situações de emprego sem carteira e o trabalho por conta própria.

Tabela 3.7 – Perfil ocupacional dos trabalhadores das famílias com renda de 4,8 a 14,4 s.m. de 2007.  
Brasil: 2004 e 2007 (em %).

Grupo Ocupacional / Posição na Ocupação	2004	2007
Serviço administrativo / Empregado formal	11,6	11,1
Manual / Empregado formal	10,1	11,1
Técnico / Empregado formal	8,8	8,6
Superior / Empregado formal	8,3	7,7
Manual / Conta-própria	6,4	7,0
Dirigente / Empregador	6,1	4,6
Serviço / Empregado formal	5,9	7,2
Vendas / Conta-própria	4,9	4,8
Dirigente / Empregado formal	4,0	3,8
Vendas / Empregado formal	3,6	4,4
Manual / Empregado sem carteira	3,2	3,3
Serviço / Empregado sem carteira	3,2	3,8
Serv. Administrativo / Empregado sem carteira	2,7	2,4
Técnico / Empregado sem carteira	2,4	2,2
Técnico / Conta-própria	2,4	2,2
Superior / Empregado sem carteira	2,0	2,0
Serviço / Conta-própria	2,1	2,4
Agrícola / Conta-própria	2,0	1,9
Sub-total	89,7	90,5

Fonte: IBGE-PNAD.

A variedade de situações ocupacionais é ainda maior no terceiro estrato de renda familiar (mais de 4,8 até 14,4 salários mínimos). A presença é marcante de trabalhadores em ocupações de prestação de serviço, de trabalho manual (principalmente os não agrícolas) e vendedores; é bem maior a presença de ocupações de serviços de apoio administrativo e de técnicos de nível médio; e é registrada a presença dos profissionais de nível superior e de dirigentes em geral (Tabela 3.7). A frequência do emprego formal é maior ainda que no segundo estrato, mas são registrados também empregados sem carteira e trabalhadores por conta-própria, aparecendo com alguma frequência os empregadores.

Os trabalhadores das famílias do estrato de renda superior (acima de 14,4 s.m.) são fundamentalmente profissionais de nível superior e dirigentes, embora também sejam frequentes os técnicos e o pessoal de serviços de apoio administrativo, sendo pequena a presença de vendedores e de trabalhadores manuais (e, neste caso, são muito mais trabalhadores por conta-própria do que empregados com ou sem carteira de trabalho). A presença de empregadores é muito marcante no estrato de renda superior. No caso de profissionais de nível superior, técnicos de nível médio e pessoal de serviço de apoio administrativo, destacam-se empregos formais e trabalhos por conta-própria. E deve-se mencionar que, no estrato de maior renda familiar, os empregados sem carteira têm presença mais marcante somente no caso de profissionais de nível superior, dirigentes e técnicos e pessoal de serviço de apoio administrativo (Tabela 3.8).

Tabela 3.8 – Perfil ocupacional dos trabalhadores das famílias com renda maior que 14,4 s.m. (valores de 2007).  
Brasil: 2004 e 2007 (em %).

Grupo Ocupacional / Posição na Ocupação	2004	2007
Superior / Empregado formal	20,4	19,7
Dirigente / Empregador	14,5	12,6
Técnico / Empregado formal	8,1	8,2
Dirigente / Empregado formal	7,7	8,6
Serv. Administrativo / Empregado formal	7,4	7,1
Superior / Conta-própria	7,0	6,5
Superior / Empregado sem carteira	4,2	4,0
Técnico / Conta-própria	3,4	3,5
Superior / Empregador	3,2	2,5
Vendas / Conta-própria	2,7	3,1
Agrícola / Empregador	2,4	1,3
Manual / Conta-própria	2,3	2,7
Dirigente / Empregado sem carteira	2,2	1,5
Serv. Administrativo / Empregado sem carteira	2,2	2,2
Técnico / Empregado sem carteira	1,8	2,4
Manual / Empregado formal	1,5	2,7
Sub-total	91,0	88,6

Fonte: IBGE-PNAD.

Em suma, no período 2004-2007, a retomada do crescimento da economia e seus efeitos sobre o emprego e os rendimentos do trabalho iniciaram um círculo virtuoso, envolvendo expansão da renda, do crédito, do consumo, do investimento, do emprego e novamente da renda. A reativação da economia recuperou o mercado de trabalho, enquanto a elevação do emprego e o aumento das remunerações do trabalho elevaram a renda das famílias. Num contexto de ampliação do crédito doméstico, o aumento da renda das famílias repercutiu positivamente no consumo; e a interação do consumo com o investimento consolidou o crescimento da economia e sustentou uma trajetória favorável ao mercado de trabalho. E frise-se: o fato dessas interações terem ocorrido com formalização dos contratos de trabalho e aumento do valor do salário mínimo fizeram as rendas do trabalho e das famílias aumentarem num contexto de redução das diferenças de rendimento médio entre as pessoas ocupadas e entre as famílias brasileiras.

Para finalizar este estudo, falta agora ponderar sobre os prováveis efeitos que uma continuação das tendências aqui apresentadas, por mais dez anos, teriam sobre a evolução do mercado de trabalho, em especial sobre a estrutura ocupacional e os rendimentos no país.

## 4. PROJEÇÕES PARA A ESTRUTURA DE EMPREGO E RENDA EM 2017

Considerando a evolução e as mudanças observadas na estrutura ocupacional no período 2004–2007, foi realizado um exercício de projeção daquelas tendências para um período de 10 anos, com o objetivo de avaliar os impactos (sobre os diferentes grupos ocupacionais considerados na análise anterior) de um cenário com: (i) crescimento médio anual de 4,5% do PIB, (ii) elasticidade emprego/produto de 0,4 e (iii) crescimento dos rendimentos de 4,5% ao ano. É importante ressaltar que, em função da atual crise econômica e dos inúmeros fatores imprevisíveis que podem afetar o comportamento futuro do emprego e dos rendimentos do trabalho, o presente exercício não deve ser visto como uma estimativa da trajetória esperada do mercado de trabalho nacional, e sim como uma forma de tentar entender melhor os resultados prováveis que seriam alcançados caso o padrão de evolução da estrutura ocupacional vigente no período 2004–07 pudesse ser mantido por um período mais longo de tempo (2008–2017).

Nesse sentido, cabe ressaltar que os resultados expandidos foram obtidos a partir da utilização das taxas médias de crescimento anual da ocupação e dos rendimentos de alguns estratos ocupacionais considerados anteriormente, que – em conjunto com a utilização de índices referentes à variação do PIB, da elasticidade emprego/produto e dos rendimentos do trabalho observados no período 2004–2007 – resultaram no cálculo do volume absoluto do emprego, do rendimento médio e da massa de rendimentos. Com esses valores totais e utilizando as taxas médias de crescimento observadas no período 2004–2007 (em cada um dos grupos ocupacionais e por posição na ocupação), foram estimados: o crescimento absoluto do emprego, o aumento da massa de rendimentos e a expansão do rendimento médio para o Brasil em 2017<sup>12</sup>.

Deve-se esclarecer, ainda, que a análise dessas estimativas também serviu como referência para a realização de comentários sobre os prováveis impactos de ritmos diferentes de crescimento do PIB (significativamente acima ou abaixo de 4,5%) sobre a estrutura ocupacional e de rendimentos.

### 4.1. Expansão da Estrutura Ocupacional e de Rendimentos

Considerando um cenário de crescimento médio do PIB semelhante ao padrão observado no período 2004–2007 e de manutenção da elasticidade emprego/produto, a expansão relativa do número de ocupados seria de cerca de 20%, num período acumulado de 10 anos, com um aumento líquido de cerca de 15,6 milhões de ocupados (Quadro 4.1). Com esse ritmo médio de crescimento das ocupações em torno de 2% ao ano, correspondente à geração de mais de 1,5 milhão de novas vagas anuais, o crescimento do emprego seria compatível com o crescimento da população em idade ativa; e, no caso de um moderado aumento da taxa de participação, também compatível com o crescimento da população economicamente ativa.

<sup>12</sup> Em função de diversos problemas associados às projeções de dois grupos de ocupados, "empregados do setor agrícola" e "membros das forças armadas e auxiliares", que resultariam em fortes distorções dos dados estimados, as projeções para esses dois grupos ocupacionais foram excluídas da presente análise, mas os dados estão incluídos nos totais apresentados.

Quadro 4.1 Projeção das variações relativa e absoluta das ocupações, segundo grupos ocupacionais. Brasil: 2007 e 2017.

Grupos Ocupacionais	Varição Relativa (em %)	Varição Absoluta (em mil ocupados)
Profissionais das Ciências e das Artes	76	4.435
Técnicos de Nível Médio	48	3.191
Trabalhadores de Serviços Administrativos	35	2.571
Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	29	2.431
Dirigentes em Geral	26	1.117
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços / Reparação e Manutenção	24	4.850
Trabalhadores dos Serviços	17	3.010
Expansão do Total de Ocupados (1)	20	15.599

Obs: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. (1) No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas e auxiliares, que em função da metodologia de projeções acabariam tendo seus estoques de ocupados reduzidos e contribuindo, portanto, para um menor saldo de expansão do total de ocupados.

Dependendo do ritmo de crescimento da PEA, poderia ser alcançada, ao mesmo tempo, uma progressiva redução das elevadas taxas de desemprego no país. Considerando que um ritmo semelhante de crescimento do emprego foi suficiente para reduzir o desemprego no período 2004–2007 e que a população brasileira em idade ativa não deverá crescer num ritmo mais elevado, o maior ou menor impacto em termos de redução do desemprego e de melhor estruturação do mercado do trabalho estaria associado ao ritmo de evolução da PEA.

Nesse sentido, cabe ressaltar que taxas médias menores de crescimento do PIB poderiam inviabilizar até mesmo um processo de redução do desemprego aberto, enquanto taxas médias mais elevadas, não somente reduziram mais rapidamente o desemprego aberto, como contribuiriam para reduzir o desemprego oculto (por trabalho precário ou por desalento) e a participação das ocupações mais precárias na estrutura ocupacional.

Quadro 4.2 – Projeções das variações relativa e absoluta da ocupação, por grupos ocupacionais e posição na ocupação. Brasil: 2007 e 2017.

Grupo Ocupacional	Posição na Ocupação	Var. Rel. (em %)	Var. Absoluta (em mil)
Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	Empregado formal	85	2.414
	Sem carteira	5	78
	Não assalariado	10	401
Trabalhadores dos Serviços	Empregado formal	43	3.381
	Sem carteira	0	-27
	Não assalariado	3	72
Trabalhadores de Serviços Administrativos	Empregado formal	45	2.614
	Sem carteira	10	143
	Não assalariado	-61	-39
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	Empregado formal	41	3.855
	Sem carteira	- 11	-486
	Não assalariado	29	1.981
Técnicos de Nível Médio	Empregado formal	67	2.762
	Sem carteira	25	337
	Não assalariado	20	234
Grupo Ocupacional	Posição na Ocupação	Var. Rel. (em %)	Var. Absoluta (em mil)
Profissionais das Ciências e das Artes	Empregado formal	76	2.665
	Sem carteira	91	951
	Não assalariado	65	833
Dirigentes em Geral	Empregado formal	86	1.490
	Sem carteira	- 1	-5
	Não assalariado	- 1	-17
Expansão do Total de Ocupados	Empregado formal	50	18.618
	Sem carteira	- 3	-700
	Não assalariado	2	349

Obs: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas e auxiliares.

Nesse cenário (crescimento de 4,5% do PIB e elasticidade emprego/produto de 0,4), os grupos ocupacionais mais associados às famílias situadas nas duas faixas de renda acima de 4,8 salários mínimos (em 2007) apresentariam expressivos ritmos de crescimento. Ou seja, o forte crescimento da ocupação em determinados grupos ocupacionais contribuiria para abrir novas ocupações associadas a um rendimento do trabalho mais elevado, o que afetaria de forma positiva não só a estrutura ocupacional, mas também a estrutura de rendimentos do trabalho e mesmo a distribuição das famílias por classes de renda.

Quadro 4.3 – Projeções da variação relativa do rendimento médio e valor absoluto do rendimento médio por grupos ocupacionais. Brasil: 2007-2017.

Grupos Ocupacionais	Var. Rel. do Rendimento (em %)	Rendimento. Médio (em R\$)
Dirigentes em Geral	9	2.932
Profissionais das Ciências e das Artes	0,4	2.167
Técnicos de Nível Médio	21	1.542
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	32	968
Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	38	929
Trabalhadores de Serviços Administrativos	6	864
Trabalhadores dos Serviços	53	743
Total	30	1.193

Obs: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas e auxiliares.

Assim, as projeções apontam para um crescimento maior dos grupos ocupacionais associados a melhores rendimentos, maiores exigências em termos de formação e qualificação profissional e com maior presença nas famílias com renda familiar acima de 4,8 salários mínimos. Destacam-se: o grupo ocupacional constituído pelos "profissionais das ciências e das artes" (76%), com a segunda maior expansão absoluta das ocupações (4,4 milhões); o grupo ocupacional constituído pelos "técnicos de nível médio" (48%), com geração de cerca de 3,2 milhões de novas ocupações; o grupo dos "dirigentes em geral", que apresentaria uma expansão relativa de 26%, com a abertura de cerca de 1,1 milhão de novas vagas (Quadro 4.1).

No caso do grupo dos "dirigentes em geral" – cujo crescimento não foi tão grande pelo fraco desempenho do subgrupo "empregadores" –, ocorreria um forte crescimento do número de dirigentes empregados e, principalmente, no setor formal. Além disso, observa-se que a qualidade da ocupação melhoraria significativamente, com um crescimento recorde de 86% dos ocupados no setor formal, para um crescimento médio de 26% do conjunto do grupo ocupacional (dirigentes em geral). Nessa hipótese, ocorreriam reduções absolutas do estoque de empregados sem carteira (-1%) e dos trabalhadores não assalariados (-1%). Ou seja, a manutenção do processo de crescimento econômico, num período de mais 10 anos, promoveria a formalização do grupo ocupacional "dirigentes em geral" (Quadro 4.2). Tudo indica que haveria um avanço maior dos dirigentes formalizados, nesse cenário favorável, em vez da proliferação dos pequenos empregadores informais e dos proprietários de micro e pequenos negócios precários, que geralmente não contribuem para a previdência social.

Quadro 4.4 – Rendimento médio em 2007 e estimativas para 2017.

Relação entre o rendimento médio de cada grupo ocupacional com a renda média dos ocupados. Brasil: 2007 e 2017.

Grupos Ocupacionais	2007 (R\$)	% em relação ao rendimento médio 2007	2017 (R\$)	% em relação ao rendimento médio 2017
Trabalhadores dos Serviços	485	52,8	743	62,3
Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	673	73,3	929	77,9
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	733	79,8	968	81,1
Trabalhadores de Serviços Administrativos	815	88,8	864	72,4
Técnicos de Nível Médio	1.274	138,8	1.542	129,3
Profissionais das Ciências e das Artes	2.158	235,1	2.167	181,6
Dirigentes em Geral	2.690	293,0	2.932	245,8
Total	918	100,0	1.193	100,0

Obs: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas e auxiliares.

Esse processo de elevação do assalariamento e da formalização também seria expressivo entre os "técnicos de nível médio" e dos "profissionais das ciências e das artes".<sup>13</sup> A intensidade desse processo de assalariamento e de formalização pode ser verificada pela estimativa de que, no conjunto desses três grupos ocupacionais de renda relativamente alta, num período de 10 anos, seriam gerados quase 7,0 milhões de empregos assalariados formais, em contraste com um volume muito menor de empregos sem carteira (menos de 1,3 milhão) e de trabalho não assalariado (pouco mais de 1,0 milhão).

Quadro 4.5 – Variação relativa do rendimento médio (2007-2017) e estimativa do valor absoluto do rendimento médio (em 2017), por grupos ocupacionais e posição na ocupação. Brasil: 2007 e 2017.

Grupo Ocupacional	Posição na Ocupação	Rendimento Médio Variação 2017/2007 (%)	Rendimento mensal médio 2017 (R\$)
Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	Formal	35	980
	Sem carteira	71	761
	Não assalariado	30	936
Trabalhadores dos Serviços	Formal	33	803
	Sem carteira	53	488
	Não assalariado	85	1.098
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	Formal	23	1.001
	Sem carteira	28	618
	Não assalariado	36	1.057
Técnicos de Nível Médio	Formal	9	1.417
	Sem carteira	36	1.096
	Não assalariado	45	2.516
Dirigentes em Geral	Formal	7	2.707
	Sem carteira	-34	1.050
	Não assalariado	20	3.644
Profissionais das Ciências e das Artes	Formal	6	2.385
	Sem carteira	-5	1.231
	Não assalariado	-7	2.425
Trabalhadores de Serviços Administrativos	Formal	3	912
	Sem carteira	15	613
	Não assalariado	-29	620
Total de Ocupados	Formal	20	1.252
	Sem carteira	36	664
	Não assalariado	32	1.451
	Total	29,9	1.193

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas.

Esses grupos ocupacionais com os maiores rendimentos médios (em 2007) apresentariam, em geral, reduzidas taxas de expansão do rendimento médio, menores do que as observadas para os grupos ocupacionais de menor rendimento – com exceção dos serviços administrativos – e em relação ao rendimento médio do conjunto dos ocupados<sup>14</sup>. Contudo, esses três grupos ocupacionais continuariam apresentando os maiores rendimentos médios após 10 anos (Quadros 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6).

<sup>13</sup> Entre os técnicos de nível médio, ocorreria um crescimento muito maior dos empregados formais (67%) – o crescimento médio para o conjunto dos técnicos de nível médio seria de 48% – do que dos assalariados sem carteira (25%) e dos trabalhadores não assalariados (20%). Já entre os profissionais das ciências e das artes, o crescimento do emprego formal (76%) ocorreria num ritmo maior do que o do trabalho não assalariado (65%), aumentando o grau de assalariamento, mas num ritmo menor do que o emprego sem carteira (91%). Mas, ainda que improvável pelas mudanças que podem ocorrer num período de 10 anos, a elevação do assalariamento sem carteira se daria num ritmo de cerca de 20% acima da expansão do ritmo médio do crescimento da ocupação desse grupo ocupacional (76%), que também seria maior do que o ritmo da expansão do emprego formal.

<sup>14</sup> O grupo ocupacional "técnicos de nível médio" apresentaria um expressivo aumento do rendimento médio (21%), mas o grupo dos "dirigentes em geral" (+9,0%) e, principalmente, o grupo dos "profissionais das ciências e das artes" (0,4%) apresentariam taxas de aumento bem modestas para um período de 10 anos.

Por sua vez, os impactos em termos de aumento da massa salarial seriam também muito significativos, em especial nos três grupos ocupacionais associados a rendimentos mais elevados, porque apresentariam expressiva taxa de expansão do emprego e também considerando que o peso do conjunto desses grupos na estrutura ocupacional não é desprezível (Quadros 4.7 e 4.8)<sup>15</sup>.

Tendo em vista as projeções para a expansão das ocupações, a evolução do rendimento médio e o crescimento da massa de rendimentos nesses três grupos ocupacionais, associados a maiores remunerações e com maior presença nas famílias situadas nas duas faixas de maior renda familiar (acima de 4,8 salários mínimos), algumas conclusões importantes podem ser apreendidas: a) haveria um importante movimento de criação de ocupações assalariadas com carteira assinada e associadas a rendimentos mais elevados, dentre os grupos ocupacionais considerados, contribuindo para a abertura de um expressivo volume de melhores ocupações e para a ampliação das oportunidades de inserção/ascensão ocupacional de parcela importante da força de trabalho brasileira, o que teria impactos muito positivos do ponto de vista da elevação do rendimento do trabalho e da renda familiar de uma proporção expressiva dos trabalhadores, que atualmente encontram-se desempregados ou em ocupações precárias, não assalariadas ou assalariadas sem carteira e com baixos rendimentos; b) os menores aumentos relativos do rendimento médio – em relação aos observados nos grupos ocupacionais atualmente associados a menores rendimentos do trabalho e às famílias situadas nas duas faixas de menor renda – contribuiriam para a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho e das famílias<sup>16</sup>; c) considerando a forte expansão relativa dessas ocupações, seu maior nível de assalariamento e seu rendimento médio relativamente elevado, a massa de rendimentos nesses grupos ocupacionais apresentaria expressiva expansão, com impactos positivos na ampliação dos ocupados e das famílias situadas nas faixas de renda familiar mais elevadas; d) seria ampliado, expressivamente, o contingente de famílias com padrão de consumo semelhante ao observado entre as que atualmente apresentam rendimento familiar acima de 4,8 salários mínimos, com seus impactos em termos de maior diversificação do consumo (principalmente, com redução relativa dos gastos com alimentação e habitação e com elevação relativa dos gastos em saúde, educação, transportes, lazer, turismo e cultura).

Quadro 4.7 – Variação relativa e absoluta da massa de rendimentos por grupos ocupacionais. Brasil: 2007-2017.

Grupos Ocupacionais	Var. relativa 2017/2007 (em %)	Var. absoluta 2017/2007 (R\$ milhões)
Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio	79	4.381
Trabalhadores dos Serviços	79	6.702
Técnicos de Nível Médio	78	6.646
Profissionais das Ciências e das Artes	77	9.667
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	64	9.495
Trabalhadores de Serviços Administrativos	43	2.573
Dirigentes em Geral	37	4.301
Total de Ocupados	55	40.533

Obs: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas e auxiliares.

<sup>15</sup> O grupo dos profissionais das ciências e das artes apresentaria uma expansão relativa de 77% e o maior aumento da massa salarial (cerca de R\$ 9,7 bilhões) dentre os grupos ocupacionais considerados; em caso semelhante estaria o grupo ocupacional dos técnicos de nível médio, mas por apresentar um patamar de rendimento médio bem menor e também uma taxa de expansão da ocupação menos expressiva, apresentaria uma expansão absoluta da massa salarial menor, de cerca de R\$ 6,6 bilhões (Quadros 4.7 e 4.8).

<sup>16</sup> A evolução do rendimento médio seria, em geral, pior para os assalariados sem carteira desses grupos de maior rendimento – em relação aos outros quatro grupos ocupacionais de menores rendimentos –, com a exceção dos técnicos de nível médio, cujo rendimento médio dos sem carteira aumentaria. Já o rendimento médio dos empregados sem carteira no grupo dirigentes em geral (-34%) e profissionais das ciências e das artes (-5%) apresentariam reduções. Também no que se refere ao trabalho não assalariado, os aumentos de rendimento médio seriam menores nos grupos ocupacionais de rendimento mais elevado do que nos demais. Ocorreriam, por exemplo, aumentos de 20% entre os trabalhadores não assalariados do grupo dirigentes em geral e redução de 7% no grupo dos profissionais das ciências e das artes (desempenho muito pior do que o observado nos demais grupos ocupacionais de reduzidos rendimentos). Esses movimentos também contribuíram para a redução das desigualdades nos rendimentos do trabalho e na renda das famílias (ver Quadros 4.3, 4.4 e 4.5).

Quadro 4.6 – Rendimento médio em 2007 e estimativas para 2017.

Relação entre o rendimento médio de cada grupo ocupacional com a renda média dos ocupados. Brasil: 2007 e 2017.

Grupo Ocupacional	Posição na Ocupação	2007 (R\$)	% em relação ao rendimento médio 2007	2017 (R\$)	% em relação ao rendimento médio 2017
Trabalhadores dos Serviços	Formal	604	65,8	803	67,3
	Sem carteira	319	34,7	488	40,9
	Não assalariado	593	64,6	1.098	92,0
Vendedores e Prest. Serviço do Comércio	Formal	726	79,1	980	82,1
	Sem carteira	445	48,5	761	63,8
	Não assalariado	720	78,4	936	78,5
Trab. da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	Formal	814	88,7	1.001	83,9
	Sem carteira	483	52,6	657	55,1
	Não assalariado	777	84,6	1.057	88,6
Trabalhadores de Serviços Administrativos	Formal	885	96,4	912	76,4
	Sem carteira	533	58,1	613	51,4
	Não assalariado	873	95,1	620	52,0
Técnicos de Nível Médio	Formal	1.300	141,6	1.417	118,8
	Sem carteira	806	87,8	1.096	91,9
	Não assalariado	1.735	189,0	2.516	210,9
Profissionais das Ciências e das Artes	Formal	2.250	245,1	2.385	199,9
	Sem carteira	1.296	141,2	1.231	103,2
	Não assalariado	2.607	284,0	2.425	203,3
Dirigentes em Geral	Formal	2.530	275,6	2.707	226,9
	Sem carteira	1.591	173,3	1.050	88,0
	Não assalariado	3.037	330,8	3.644	305,4
Total de Ocupados	Formal	1.043	113,6	1.252	104,9
	Sem carteira	488	53,2	664	55,6
	Não assalariado	1.099	119,7	1.451	121,6
	Total	918	100,0	1.193	100,0

Obs: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas e auxiliares.

Quadro 4.8 – Variação relativa e absoluta da massa de rendimentos por grupos ocupacionais e posição na ocupação. Brasil: 2007-2017.

Grupos Ocupacionais	Posição na Ocupação	Variação Relativa 2017/2007 (em %)	Variação absoluta (2017-2007) (R\$ milhões)
Profissionais das Ciências e das Artes	Empregado formal	87	6.888
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	Empregado formal	73	5.614
Técnicos de Nível Médio	Empregado formal	82	4.410
Dirigentes em Geral	Empregado formal	98	4.309
Trabalhadores dos Serviços	Empregado formal	90	4.304
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	Não assalariado	76	3.949
Vendedores e Prest. de Serviço do Comércio	Empregado formal	149	3.083
Trabalhadores de Serviços Administrativos	Empregado formal	49	2.535
Profissionais das Ciências e das Artes	Não assalariado	53	1.785
Técnicos de nível médio	Não assalariado	74	1.485
Trabalhadores dos serviços	Não assalariado	91	1.296
Vendedores e prestadores de serviço	Não assalariado	43	1.219
Dirigentes em geral	Não assalariado	19	1.205
Trabalhadores dos serviços	Empregado sem carteira	52	1.200
Profissionais das Ciências e das Artes	Empregado sem carteira	81	1.101
Técnicos de nível médio	Empregado sem carteira	69	758
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	Empregado sem carteira	80	518
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços e de Reparação e Manutenção	Empregado sem carteira	13	265
Trabalhadores dos serviços administrativos	Empregado sem carteira	26	204
Trabalhadores dos serviços administrativos	Não assalariado	28	-41
Dirigentes em geral	Empregado sem carteira	65	-233
Total de Ocupados	Empregado formal	79	30.999
Total de Ocupados	Empregado sem carteira	31	3.045
Total de Ocupados	Não assalariado	34	8.142

Obs: Elaboração própria, com base nas informações da PNAD 2004 e 2007. Hipótese de crescimento do PIB de 4,5% e elasticidade emprego/produto de 0,4. No total estão incluídos os ocupados no setor agrícola e os membros das forças armadas.

Por outro lado, as projeções mostram que os grupos ocupacionais claramente mais associados a menores rendimentos do trabalho e com maior presença entre as famílias situadas nas duas faixas de menor renda familiar – como os trabalhadores dos serviços, os vendedores e prestadores de serviço do comércio e os trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção – apresentariam menores taxas de expansão relativa, contribuindo para reduzir o peso das ocupações de baixa renda na estrutura ocupacional (Quadro 4.1).

Mesmo com um expressivo aumento quantitativo, os impactos seriam positivos não somente pela redução da participação desses grupos na estrutura ocupacional – em função do maior ritmo de expansão e da abertura de oportunidades para a incorporação de trabalhadores nos melhores grupos ocupacionais –, mas também pela melhoria que esses grupos apresentariam em termos de formalização e elevação dos rendimentos (Quadro 4.2)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Entretanto, em função do elevado peso atual, na estrutura ocupacional, da maioria desses grupos ocupacionais onde predominam baixos rendimentos, mesmo com o menor ritmo de crescimento, seriam gerados cerca de 3 milhões de oportunidades de trabalho no grupo “trabalhadores dos serviços”, cerca de 4,9 milhões no grupo “trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção” e 2,4 milhões no grupo “vendedores e prestadores de serviço do comércio” – cujo crescimento relativo também seria expressivo (29%). Apesar de também estar associado a menores rendimentos médios do trabalho, o grupo “trabalhadores dos serviços administrativos” apresentaria uma forte expansão do volume de ocupados.

No conjunto desses três grupos ocupacionais, o emprego assalariado formal aumentaria fortemente (acima de 40%, sendo mais de 80% no grupo dos vendedores e prestadores de serviço no comércio), enquanto o emprego assalariado sem carteira apresentaria retração e o trabalho não assalariado apresentaria uma taxa modesta de expansão (Quadro 4.2)<sup>18</sup>.

Esses grupos ocupacionais de menores rendimentos e com forte presença nas ocupações de membros das famílias situadas nas duas faixas de menor renda familiar apresentariam as maiores taxas de crescimento do rendimento médio. Ou seja, mantendo-se as mesmas tendências do período 2004–2007, as maiores taxas de aumento dos respectivos rendimentos médios ocorreriam justamente nos grupos ocupacionais com menor rendimento (Quadros 4.3 e 4.4).

Em geral, os rendimentos médios dos empregados formais dos grupos ocupacionais de renda reduzida apresentariam um comportamento muito favorável, tanto em termos de aumento dos rendimentos como de redução das desigualdades de rendimentos (entre eles e em relação aos grupos de maior renda)<sup>19</sup>. Nos três grupos com menores rendimentos médios em 2007, o rendimento médio dos empregados formais aumentaria acima da taxa de aumento observada para o conjunto dos empregados formais (30%). As diferenças dos respectivos rendimentos médios dos empregados formais seriam reduzidas, em relação ao rendimento médio do conjunto dos ocupados, para o grupo ocupacional dos "vendedores e prestadores de serviços" e dos "trabalhadores em serviços" – justamente os dois grupos ocupacionais, no meio urbano, com os menores níveis de rendimentos médios em 2007. Também em relação aos demais grupos ocupacionais – com exceção dos trabalhadores em serviços administrativos –, as diferenças de rendimento médio seriam reduzidas (Quadros 4.5 e 4.6)<sup>20</sup>.

Além disso, a melhoria no rendimento médio seria muito expressiva e, em geral, maior para os assalariados sem carteira dos grupos ocupacionais de menores rendimentos do que para os demais (com rendimentos mais elevados)<sup>21</sup>, contribuindo para a redução das diferenças de rendimentos médios entre os trabalhadores sem carteira, assim como para elevar expressivamente o rendimento de empregados sem carteira pertencentes a um dos grupos ocupacionais predominantes nas famílias situadas nas menores faixas de rendimento familiar (Quadros 4.5 e 4.6).

Embora o fato de ter o vínculo de emprego formalizado continue significando uma probabilidade alta de obter uma remuneração maior do que na ausência de carteira assinada, o rendimento médio dos empregados sem carteira, nos grupos ocupacionais de rendimentos reduzidos, aumentaria de forma ainda mais expressiva do que ocorreria nesses mesmos grupos ocupacionais para os empregados com carteira. Nesses grupos ocupacionais de reduzidos rendimentos, os trabalhadores não assalariados também apresentariam elevados aumentos do rendimento médio, relativamente bem maiores se comparados àqueles que seriam observados nos grupos ocupacionais de rendimentos mais elevados (Quadros 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6)<sup>22</sup>.

<sup>18</sup> Com essa evolução, nesses três grupos ocupacionais, seriam eliminados mais de 400 mil empregos assalariados sem carteira, embora fossem gerados 2,5 milhões de ocupações para trabalhadores não assalariados. O saldo líquido (2,1 milhões) dessas formas mais precárias de inserção seria muito menor do que os quase 10 milhões de empregos assalariados formais que seriam gerados nesses três grupos ocupacionais.

<sup>19</sup> Outros impactos positivos, não captados pelos dados da PNAD, são os efeitos indiretos sobre os rendimentos do trabalho, visto que, em geral, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada têm acesso a um conjunto de rendimentos (férias e adicional de 1/3, FGTS, seguro-desemprego, PIS, décimo terceiro salário) que os trabalhadores não assalariados e os empregados sem carteira geralmente não possuem.

<sup>20</sup> As respectivas taxas de expansão do rendimento dos empregados formais nos grupos ocupacionais de rendimento médio mais elevado seriam bem modestas: de apenas 9% entre os técnicos de nível médio, de 7% entre os dirigentes em geral e de 6% entre os profissionais das ciências e das artes.

<sup>21</sup> A exceção seria para os assalariados sem carteira ocupados como técnicos de nível médio, cujo rendimento médio aumentaria (36%) mais do que para os assalariados sem carteira do grupo "trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção" (28%), e mais do que para os trabalhadores dos serviços administrativos (15%).

<sup>22</sup> Enquanto os trabalhadores não assalariados dos serviços aumentariam seu rendimento médio de 64,6% para 92%, em relação ao rendimento médio do conjunto dos ocupados, os trabalhadores não assalariados dos grupos dos profissionais das ciências e das artes apresentariam redução do rendimento médio, de 284% para 203,3%, em relação ao rendimento médio do conjunto dos ocupados. Também nesse caso, as diferenças de rendimento médio entre os grupos ocupacionais seriam reduzidas, embora se mantivessem ainda muito elevadas (veja Quadro 2.6).

Esse movimento de evolução do rendimento médio das formas mais precárias de inserção (sem carteira e não assalariados) nos grupos ocupacionais de menor rendimento também contribuiria para elevar o rendimento desses trabalhadores, em relação aos empregados do setor formal. Ou seja, para reduzir as diferenças entre as diferentes posições na ocupação (formal, sem carteira e não assalariados) entre os grupos ocupacionais com menores rendimentos – cujas médias estão entre as menores e por isso estão mais associados às famílias situadas nas menores faixas de renda –, assim como para reduzir as diferenças entre esses grupos e aqueles grupos ocupacionais com rendimentos médios mais elevados<sup>23</sup>.

Portanto, uma expansão mais moderada do volume das ocupações de menores rendimentos médios seria acompanhada de uma melhoria em termos de formalização e de rendimentos médios, capazes de melhorar o padrão ocupacional daqueles trabalhadores situados na base da pirâmide do mercado de trabalho, inclusive jogando seus rendimentos para cima<sup>24</sup>. Ou seja, um significativo ritmo de crescimento econômico afetaria de forma mais positiva os piores grupos ocupacionais, por meio da formalização e do rendimento médio – especialmente se associado a uma política de elevação sustentada do valor do salário mínimo. Com esses comportamentos da ocupação e dos rendimentos médios, a massa de rendimentos também apresentaria um aumento expressivo nos grupos ocupacionais que predominavam nas famílias situadas nas duas faixas de menor rendimento familiar em 2007 (Quadros 4.7 e 4.8)<sup>25</sup>.

Com o crescente grau de assalariamento e formalização, certamente, as maiores taxas de expansão relativas e absolutas da massa de rendimentos ocorreriam para os trabalhadores formais dos diversos grupos ocupacionais. Entretanto, além de apontar que alguns grupos ocupacionais com menores rendimentos médios estariam entre aqueles grupos com maior expansão absoluta da massa de rendimentos (como o grupo de “trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação”, “trabalhadores dos serviços”, “vendedores e prestadores de serviço do comércio”), também é importante destacar a expansão da massa de rendimentos que ocorreria para os trabalhadores não assalariados de diversos grupos ocupacionais (“trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção”, “profissionais das ciências e das artes”, “técnicos de nível médio”, “trabalhadores dos serviços”)<sup>26</sup>.

Em suma, considerando uma taxa média de 4,5% ao ano, o crescimento econômico sustentado durante um período de 10 anos – associado a políticas públicas voltadas para fortalecer o mercado de trabalho nacional (isto é, para a formalização dos contratos e a elevação do poder de compra do salário mínimo, entre outras) – provocaria fortes impactos positivos nos grupos ocupacionais em que se encontram atualmente as piores condições de trabalho e de

<sup>23</sup> A exceção a esse movimento dos rendimentos ocorreria no grupo dos serviços administrativos. Dos quatro grupos com menores rendimentos médios em 2007 (veja Quadro 4.4), o rendimento médio dos empregados formais somente não aumentaria acima da taxa de aumento observada para o conjunto dos ocupados (30%) e para o conjunto dos empregados formais (30%) no grupo trabalhadores de serviços administrativos, cujo aumento do rendimento médio seria de apenas 3% no período de 10 anos.

<sup>24</sup> Para os empregados formais nos demais grupos ocupacionais com reduzidos rendimentos médios em 2007, as taxas de expansão desses rendimentos seriam maiores do que a observada para o conjunto do emprego formal (20%) e, com exceção do grupo dos “trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção” (23%), o rendimento médio também aumentaria mais do que para o conjunto dos ocupados (30%) no grupo ocupacional dos “vendedores e prestadores de serviços” (35%) e dos “trabalhadores em serviços” (33%), justamente os dois grupos ocupacionais com os menores níveis de rendimentos médios em 2007, de, respectivamente, R\$ 726,00 e R\$ 604,00 (Quadros 2.5 e 2.6).

<sup>25</sup> No grupo dos trabalhadores de serviços, o aumento seria de 79%, e a massa de rendimentos apresentaria uma expansão mensal de cerca de R\$ 6,7 bilhões; também no grupo dos vendedores e prestadores de serviço do comércio a expansão relativa da massa de rendimentos seria uma das maiores (79%), embora isso correspondesse a um aumento absoluto menor (cerca de 4,4 bilhões); entre os trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção a expansão relativa da massa salarial seria um pouco menor (64%), mas em função do expressivo peso da ocupação desse grupo ocupacional o impacto em termos de expansão absoluta da massa salarial seria muito expressivo, de cerca de 9,5 bilhões mensais.

<sup>26</sup> Por outro lado, também em função da tendência à formalização, a expansão da massa de rendimentos entre os trabalhadores sem carteira dos diversos grupos ocupacionais não apresentaria muita importância, principalmente nos grupos dos dirigentes em geral, dos trabalhadores dos serviços administrativos, dos trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, dos vendedores e prestadores de serviço do comércio e dos técnicos de nível médio (Quadro 2.8).

rendimentos. Haveria uma clara melhoria da estrutura ocupacional em razão dos impactos positivos em termos de formalização, de elevação dos rendimentos médios, de redução da desigualdade dos rendimentos e de ampliação da massa de rendimentos do conjunto dos trabalhadores ocupados nos grupos ocupacionais menos favorecidos – mesmo com uma expansão não tão elevada do volume de ocupação. Uma taxa média de crescimento do PIB maior (acima de 5%) potencializaria todos esses efeitos, enquanto uma taxa de crescimento econômico abaixo de 3% poderia mitigar ou eliminar esses fortes impactos positivos sobre a estrutura ocupacional brasileira.

#### 4.2. Comentários Sobre a Elevação dos Padrões de Consumo

Sem dúvida, cabe ressaltar que uma taxa sustentada e elevada de crescimento econômico apresentaria impactos mais positivos em termos de formalização e de elevação dos rendimentos nesses grupos ocupacionais mais precários (de menor rendimento médio) do que em termos de expansão do volume da ocupação. Com isso, a elevação do rendimento e o lento crescimento das ocupações não somente contribuiria para a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho, como também teria fortes impactos em termos de melhoria dos rendimentos das famílias situadas nas duas menores faixas de rendimento familiar. Portanto, também provocaria impactos em termos de elevação e diversificação do padrão de consumo, com aumento da participação dos gastos familiares com (e na demanda por) bens e serviços de saúde, educação, transportes, lazer, turismo, cultura – reduzindo relativamente, em especial, o peso dos gastos com alimentação e habitação nos orçamentos familiares.

A projeção das tendências observadas leva a crer que o conjunto da estrutura ocupacional apresentaria melhorias significativas, caso perdurasse por mais dez anos. Há indicações que as melhorias seriam produzidas por dois vetores: (i) os impactos positivos de um período de crescimento econômico sustentado e relativamente elevado sobre, principalmente, a expansão e formalização da ocupação nos grupos ocupacionais atualmente em melhor situação (em termos de assalariamento, grau de formalização, nível médio de rendimentos e exigências de qualificação) e mais frequentes nas famílias situadas nas maiores faixas de rendimento familiar; e (ii) os impactos positivos para os grupos ocupacionais atualmente em piores condições, principalmente em termos de elevação dos rendimentos e de tendência à formalização.

Cabe agora destacar que estas melhorias também reduziriam as desigualdades dos rendimentos do trabalho e mesmo as desigualdades referentes à renda familiar – por meio do maior crescimento da renda das famílias situadas nas duas menores faixas de renda – e, provavelmente, provocariam fortes impactos não apenas em termos de aumento da demanda como em termos de diversificação dos padrões de consumo no país.

Essa diversificação do padrão de consumo, com seus impactos expressivos sobre o crescimento da demanda por serviços de saúde, educação, transportes, lazer, turismo, cultura, entre outros, realimentaria o processo de forte expansão da ocupação entre os profissionais das ciências e das artes, os dirigentes em geral, os técnicos de nível médio; e, junto com o aumento do assalariamento e da formalização, retroalimentaria o processo de abertura de melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, com maior expansão relativa dos grupos ocupacionais em melhor situação e crescimento mais lento (ou até mesmo redução) dos grupos ocupacionais onde predominam as piores condições.

Assim, em termos de impactos sobre a composição de consumo das famílias de menor renda, quanto maior o ritmo de crescimento do PIB, maior seria a tendência de elevação do peso das características da estrutura de consumo das duas faixas intermediárias de renda (em 2007) no conjunto da estrutura de consumo do País, ou seja, de tornar a estrutura de consumo mais parecida com a estrutura de consumo das famílias situadas, em 2007, nas faixas de renda familiar acima de 4,8 salários mínimos. Isso significaria que, por um lado, o aumento do rendimento médio e da quantidade de famílias migrando para as faixas superiores de renda familiar, provocaria um expressivo aumento dos gastos em consumo; por outro lado, também como resultado desse processo haveria importantes alterações na estrutura de gastos das famílias em consumo. Dentre essas alterações, pode-se destacar uma tendência de redução do peso dos gastos com habitação, alimentação e fumo no conjunto dos gastos das famílias brasileiras. Os respectivos pesos dos gastos com vestuário e com higiene e cuidados pessoais também poderiam apresentar redução no conjunto da estrutura de consumo, ou um aumento moderado de suas respectivas participações, pois claramente seriam os respectivos pesos dos gastos em educação, transporte, assistência à saúde, recreação e cultura, serviços pessoais e despesas diversas, que mais aumentariam na estrutura de consumo, com os impactos já mencionados sobre a estrutura ocupacional e de rendimentos.

Entretanto, deve-se ressaltar que, apesar da queda do peso de algumas despesas no conjunto do orçamento das famílias, em nenhum dos grandes itens mencionados anteriormente haveria redução absoluta do montante gasto em consumo. Ao contrário: na grande maioria dos casos, o aumento do dispêndio das famílias (em termos monetários e em quantidade) seria muito expressivo.

Dentre os gastos com habitação, a tendência até 2017 seria de reduções relativas dos gastos com água e esgoto, artigos de limpeza, mobiliários e artigos do lar, gás doméstico, eletrodomésticos, mobiliários e artigos do lar. Em contrapartida, seria reforçada a tendência de elevação do peso dos gastos com telefone celular e fixo, manutenção do lar e "outros" gastos com habitação. Ainda que os gastos com aluguéis apresentassem uma tendência de leve redução de seu peso nas despesas em consumo das famílias, seu peso seria provavelmente mantido em patamares elevados.

No que se refere à alimentação, é muito clara a tendência de redução relativa dos gastos em alimentação no domicílio, como contrapartida à elevação dos gastos fora do domicílio. Dessa forma, dentre as despesas com alimentação no domicílio, possivelmente cairiam os respectivos pesos dos gastos com os seguintes itens de consumo: cereais, leguminosas e oleaginosas, aves e ovos, açúcares e derivados, farinhas, féculas e massas, óleos e gorduras. Mesmo com a redução do peso dos gastos com alimentação no domicílio no total, aumentariam também de forma relativa as despesas realizadas com os seguintes itens: leites e derivados, panificados, bebidas e infusões, frutas, legumes e verduras, tubérculos e raízes, sal e condimentos, alimentos preparados, enlatados e conservas. Nas despesas com alimentação fora do domicílio, o maior crescimento dos gastos ocorreria com almoço e jantar, sendo que seriam reduzidos os pesos dos gastos com os seguintes itens: café, leite e chocolate, cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas, lanches, sanduíches e salgados, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas, assim como "outras" despesas com alimentação fora do domicílio.

Mantendo as tendências observadas no período anterior, os respectivos pesos das despesas com roupas de mulher e joias e bijuterias, principalmente, aumentariam no total das despesas com vestuário, até 2017, ao passo que seriam reduzidos os pesos das despesas com roupa de criança, calçados e apetrechos e com tecidos e armarinhos.

Dentre as despesas em higiene e cuidado pessoal – que apresentam um peso relativamente reduzido no conjunto das despesas de consumo das famílias brasileiras –, as maiores quedas relativas ocorreriam nos gastos com sabonete e perfume, aumentando o peso dos gastos com instrumentos e produtos de uso pessoal e com produtos para cabelo.

Por sua vez, é possível que a melhoria da estrutura ocupacional e a elevação do rendimento médio e da massa salarial, na ausência de políticas mais eficientes de transportes coletivos, promoveriam um forte aumento relativo dos gastos com aquisição de veículos, com gasolina e álcool para uso em veículo próprio e com a manutenção do veículo, o que teria como contrapartida uma forte redução relativa dos gastos com transporte urbano coletivo.

Dentre as despesas com assistência à saúde, as despesas aumentariam relativamente mais nos seguintes itens de consumo: plano ou seguro saúde, consulta e tratamento dentário, serviços de cirurgia, tratamento ambulatorial, material de tratamento e hospitalização. Caso não houvesse alguma mudança significativa na política pública, reduções relativas mais claras nos itens de gastos em assistência à saúde ocorreriam com as despesas com remédios e exames diversos. E, talvez, os gastos com consultas médicas apresentariam uma redução no total das despesas com saúde, pelo menos para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

Um aumento do peso dos gastos com educação no conjunto da estrutura de consumo ocorreria em função principalmente de um maior peso dos seguintes itens: curso superior, cursos regulares e outros cursos. Artigos escolares, livros didáticos e revistas técnicas, assim como outras despesas com educação, apresentariam forte queda de participação no total de gastos das famílias brasileiras com educação.

No caso das despesas com recreação e cultura, os maiores aumentos relativos dos gastos ocorreriam com diversões e esportes e periódicos, livros e revistas. As despesas com brinquedos e jogos, celulares e acessórios teriam seus respectivos pesos reduzidos no total de gastos com recreação e cultura. Deve-se destacar, também, o provável crescimento da demanda por turismo doméstico, assim como se deve mencionar que as famílias de menor renda talvez consigam ter acesso a meios de transporte interurbano relativamente mais baratos e possam se locomover para destinos turísticos mais distantes de seu local de residência.

Por fim, no caso das despesas com serviços pessoais – também com reduzida participação no total das despesas em consumo das famílias brasileiras –, as reduções relativas das despesas ocorreriam em especial com cabeleireiro, o que teria como contrapartida a elevação do peso dos gastos com manicuro e pedicuro, consertos de artigos pessoais e “outras” despesas em serviços pessoais.

Convém esclarecer, ainda, que a elevação esperada do gasto das famílias de baixa renda e as alterações qualitativas na composição do consumo familiar, caso fosse possível manter aquele padrão de crescimento por dez anos, não podem ser interpretadas como uma tendência à equiparação com os padrões de consumo predominantes nos países mais avançados. E lembrar que a expansão do gasto em consumo, tanto nos países avançados como nos países em desenvolvimento, deveria contemplar as recomendações da Organização das Nações Unidas no sentido de propiciar acesso aos frutos do progresso técnico para os segmentos populacionais mais pobres e, ao mesmo tempo, evitar desperdícios e maiores danos ao meio ambiente<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Aliás, o PNUD tem alertado que o consumo desenfreado amplia a distância entre ricos e pobres, ao passo que a ONU tem insistido na importância de atingir padrões de consumo mais sustentáveis, que reduzam os danos ambientais e melhorem a eficiência do uso de recursos renováveis. Sem dúvida, a difusão dos atuais padrões de consumo (e desperdício de energia) verificados nos EUA para os países em desenvolvimento poderia causar um colapso irreversível do meio ambiente. Cf. Cohen, 2005.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elevação da taxa média de crescimento do PIB no período 2004–2007 teve como resultados importantes impactos positivos sobre o mercado de trabalho brasileiro: a taxa de desemprego que se encontrava num patamar muito elevado reduziu-se de forma significativa, refletindo um expressivo crescimento do número de pessoas ocupadas, suficiente para ir além da absorção do aumento da PEA. O expressivo ritmo de aumento da ocupação não somente permitiu a redução do desemprego como ocorreu num contexto de importantes mudanças qualitativas na estrutura ocupacional. Essas mudanças na estrutura ocupacional refletem uma forte ampliação e aumento da formalização das ocupações de maior rendimento (dirigentes, profissionais de nível superior, técnicos de nível médio), menor ritmo de crescimento das ocupações de menor rendimento (agrícolas e prestação de serviços) que, entretanto, foi acompanhado de um processo de elevação do rendimento médio e de melhorias qualitativas no que se refere à posição na ocupação. Portanto, esse processo teve como resultado importantes melhorias qualitativas da estrutura ocupacional e de rendimentos, reduzindo a participação das piores ocupações, aumentando a participação das ocupações de rendimento mais elevado, ampliando de modo geral a formalização dos contratos de trabalho, aumentando o rendimento médio – principalmente das piores ocupações – e reduzindo as desigualdades de rendimento do trabalho.

A redução do desemprego, o aumento do assalariamento, a formalização dos contratos de trabalho e o aumento dos rendimentos – particularmente os menores, influenciados pelos impactos da elevação do poder de compra do salário mínimo – contribuíram para a elevação das rendas das famílias, especialmente daquelas de menor nível de renda. A redução das taxas de desemprego contribuiu para aumentar o número de membros ocupados que passaram a contribuir para a renda familiar. O aumento do assalariamento e da formalização dos contratos de trabalho, além de possibilitar maior remuneração (pelos impactos do décimo-terceiro, das férias e 1/3 de férias, FGTS Seguro-desemprego) das pessoas ocupadas também contribuiu para amenizar os efeitos da rotatividade no emprego, protegendo a renda do trabalhador quando desempregado. A expansão do PIB e da renda *per capita*, associada às lutas sindicais e às conquistas de acordos e convenções coletivas com elevação real dos salários, resultaram em elevação – ainda que moderada – dos rendimentos do trabalho das categorias mais organizadas e com maior rendimento médio. Entretanto, foi a política de salário mínimo, num contexto de crescimento econômico e da arrecadação pública, que apresentou maior importância na elevação dos rendimentos do trabalho, particularmente daqueles com menores rendimentos, contribuindo de forma mais expressiva para o aumento da renda das famílias, em especial daquelas de menor rendimento, contribuindo para a redução da desigualdade não somente nos rendimentos do trabalho, mas também na estrutura de renda familiar.

Uma proporção crescente de famílias com maior número médio de membros ocupados, cada vez mais como assalariados do setor formal, com rendimentos médios mais elevados principalmente sob a influência do valor real do salário mínimo – mas também pelos impactos das negociações sindicais – conformaram um quadro de expressivo aumento dos rendimentos das famílias (e de redução da desigualdade) como resultado do comportamento dos rendimentos do trabalho. Entretanto, para esse processo de elevação da renda das famílias e de redução das desigualdades contribuiu também a elevação de outros tipos de rendimentos das famílias, principalmente das transferências de programas sociais (como o Bolsa Família), do aumento do número de beneficiários do sistema de proteção social e dos impactos da elevação do salário mínimo sobre os valores dos benefícios – principalmente sobre aposentados e pensionistas que recebem em torno do salário mínimo.

Assim, o processo de aumento do rendimento familiar foi caracterizado por um aumento muito maior da renda das famílias situadas nas faixas de menor renda familiar, reduzindo a desigualdade de rendimentos, aumentando fortemente a quantidade de famílias situadas nos estratos de renda superiores e provocando importantes modificações na estrutura de consumo. Esse aumento de rendimentos, assim como a maior regularidade dos fluxos de renda apropriados pelas famílias e o maior acesso ao crédito, provocaram uma expressiva ampliação e diversificação do consumo.

Essas mudanças no consumo significaram uma ampliação muito maior da demanda por bens e serviços de transporte, saúde, educação, recreação e cultura e serviços pessoais. Além disso, elas contribuíram para gerar um ambiente positivo para a produção e o investimento.

Observa-se que, no processo de crescimento econômico e ampliação das ocupações, esse padrão de expansão e diversificação do consumo fortaleceu a geração de melhores ocupações, inclusive com maiores rendimentos e formalização dos contratos de trabalho, fortalecendo o crescimento dos ocupados como dirigentes, profissionais de nível e técnicos de nível médio, assim como ocupados nos serviços de apoio administrativos, vendas e em atividades de produção de bens e serviços e de reparação e manutenção. Processo que também contribuiu para a redução do peso das ocupações mais precárias na estrutura ocupacional, como as ocupações manuais agrícolas, as predominantes em prestação de serviços e, em geral, os empregados sem carteira e os trabalhadores não assalariados.

É importante destacar que nessa evolução da estrutura ocupacional não ocorreu o aumento da desigualdade dos rendimentos – processo, portanto, muito distinto do padrão histórico brasileiro de crescimento com elevação da desigualdade. Entretanto, também cabe lembrar que esse processo de melhoria da estrutura ocupacional e de consumo e de redução da desigualdade poderia ter sido muito mais amplo e com impactos qualitativos mais expressivos se esse período de crescimento econômico contasse com um processo mais robusto de investimento público nas áreas social e de infraestrutura. Esses investimentos reforçariam as mudanças observadas na estrutura de renda e emprego, poderiam promover alterações qualitativamente mais significativas no padrão de consumo e, portanto, teriam impactos ainda mais importantes sobre a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Deve-se também considerar que esses resultados refletem um crescimento do PIB que não chega a ser extraordinário, num período relativamente curto, que se inicia num quadro muito precário do mercado de trabalho: (i) elevado déficit de oportunidades ocupacionais (desemprego alto, elevada participação de ocupações na produção para o consumo próprio e em ocupações não remuneradas); (ii) grande proporção de ocupações remuneradas sem acesso aos direitos trabalhistas (elevadas porcentagens de trabalho por conta própria de baixa renda e de empregados sem carteira de trabalho assinada); e (iii) baixa qualidade do emprego formal (enorme parcela de trabalhadores expostos à rotatividade no emprego, com salário contratual próximo ao mínimo legal e submetidos a extensas jornadas de trabalho).

A manutenção de padrão semelhante ao observado no período 2004–07 por um período de 10 anos poderia provocar melhorias ainda mais intensas no mesmo sentido das transformações observadas na estrutura ocupacional, de rendimentos e de consumo. Assim, os impactos acumulados num período mais longo poderiam não somente melhorar o padrão de consumo e de distribuição de renda no país, como promover redução do desemprego e melhorias progressivas na oferta de oportunidades ocupacionais e na estrutura de rendimentos. Entretanto, em função do patamar de elevada desigualdade de renda, da reduzida renda *per capita*, das dificuldades para ampliar expressivamente os investimentos públicos na área social e na área de infraestrutura – com seus impactos perversos sobre o padrão de consumo – e da elevada precariedade na estrutura ocupacional, um período de 10 anos não seria suficiente para superar totalmente os problemas sociais e do mercado de trabalho atualmente observados. Portanto, o enfrentamento dessas questões exigiria um período mais longo de tempo, com taxas de crescimento econômico semelhantes ou mais robustas do que as observadas no período 2004–07 e com manutenção do processo de formalização dos contratos de trabalho e da política de valorização do salário mínimo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. N. de & FREITAS, R. E. Renda e despesa familiar no Brasil segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003. *Texto para Discussão*, IPEA, n. 1235, Brasília, novembro, 2006.

BALTAR, P.; KREIN, J. D. & MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Cesit-IE-Unicamp, n. 3, Campinas, jan-abr, 2006.

CARDOSO JUNIOR, J. C. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. *Coletânea do X Encontro Nacional da Associação Nacional de Estudos do Trabalho*. Salvador: ABET, 2007.

CARNEIRO, R. (org.) *A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

CASTRO, P. F. de & MAGALHÃES, L. C. G. de. Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: evidências recentes da POF 1995/1996. *Texto para Discussão*, IPEA, n. 614, Brasília, dezembro, 1998.

CASTRO, J. A. & VAZ, F. M. Gastos das famílias com educação. In: SILVEIRA et al. (Orgs.). *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007, v. 2.

COHEN, C. Padrões de consumo, energia e meio ambiente. *Textos para Discussão UFF/ Economia* n. 185, Niterói, Universidade Federal Fluminense, novembro, 2005.

DIEESE. *Balanço das negociações 2008*. Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS. São Paulo, set., 2008.  
[http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos\\_remuneracao.xml](http://www.dieese.org.br/areaAssinante/esp/estudos_remuneracao.xml)

HIRATUKA, C.; BALTAR, C. & ALMEIDA, R. Inserção brasileira no comércio mundial no período 1995-2005. *Boletim Neit*, NEIT-IE-Unicamp, n. 9, Campinas, agosto, 2007.

HOFFMANN, R. Polarização da distribuição de renda no Brasil. *Revista Econômica*. UFF, no prelo, 2009.

IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: primeiros resultados – Brasil e Grandes Regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

PAES DE BARROS, R.; CURY, S. & ULYSSEA, G. A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais. *Texto para Discussão*, IPEA, n. 1263, Brasília, março, 2007.

TORRES, H. da G.; BICHIR, R. M. & CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 74, São Paulo, março, 2006.

REALIZAÇÃO



Fundação Universitária  
José Bonifácio

APOIO FINANCEIRO



Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior

